



Economia Verde no Estado do Amapá, Brasil

Avanços e perspectivas

Virgílio Viana, Cecília Viana, Ana Euler,
Maryanne Grieg-Gran e Steve Bass

Relatório país

Julho 2014

Economia verde

Palavras-chave:

crescimento verde; políticas de economia verde; economia ambiental; participação; pagamentos por serviços ambientais

Sobre os autores

Virgílio Viana é Presidente Executivo da Fundação Amazonas Sustentável e Pesquisador Colaborador do IIED.

Cecilia Viana é consultora e doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Ana Euler é Diretora Presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá e Pesquisadora da Embrapa-AP.

Maryanne Grieg-Gran é Pesquisadora Principal (Economia) do IIED.

Steve Bass é líder do Grupo de Mercados Sustentáveis do IIED.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos participantes dos dois seminários sobre economia verde no Amapá, realizados em Macapá em março de 2012 e março de 2013, por suas idéias e entusiasmo; ao pessoal da Fundação Amazonas Sustentável por organizar a viagem dos funcionários do governo do Amapá ao Amazonas; e Laura Jenks do IIED pela assistência editorial e gerenciamento do projeto. O trabalho foi possível graças ao apoio financeiro do UK AID para o IIED; no entanto as opiniões contidas neste documento não são necessariamente as do Governo do Reino Unido.

Produzido pelo Grupo de Mercados Sustentáveis do IIED

O Grupo de Mercados Sustentáveis lidera os esforços do IIED em garantir que os mercados contribuam com resultados positivos nas arenas social, ambiental e econômica. O grupo reúne os trabalhos do IIED sobre governança de mercado, modelos de negócios, falhas de mercado, consumo, investimentos e economia das mudanças climáticas.

Publicado por IIED, Julho 2014

Viana, V., Viana, C., Euler, A., Grieg-Gran, M., and Bass, S. 2014. *Economia Verde no Estado do Amapá, Brasil: avanços e perspectivas*. IIED Country Report. IIED, London.

<http://pubs.iied.org/16575PIIED>

ISBN: 978-1-78431-068-4

International Institute for Environment and Development
80-86 Gray's Inn Road, London WC1X 8NH, UK
Tel: +44 (0)20 3463 7399
Fax: +44 (0)20 3514 9055
email: info@iied.org
www.iied.org

 @iied

 www.facebook.com/theIIED

Accesse mais publicações em www.iied.org/pubs

Este relatório discute as oportunidades apresentadas pela intenção do Governo do Estado do Amapá em fazer a transição para uma economia verde. O documento explora o progresso inicial nas políticas e atividades verdes e as dinâmicas associadas na economia política, e estabelece um amplo, mas viável, conjunto de opções de políticas setoriais e inter-setoriais. É feita uma avaliação inicial de um esquema pioneiro e inclusivo de pagamentos aos pequenos produtores pela provisão de serviços ambientais baseados na floresta: o Programa Pro-Extrativismo. Além disso, o relatório se inspira nas lições do estado de Amazonas que podem ajudar a informar a estratégia de economia verde do Amapá, e conclui com recomendações para novas colaborações técnicas e elencando as prioridades de políticas setoriais e as condições necessárias para a implementação de políticas inter-setoriais, com foco na liderança do governo.

Conteúdo

Resumo	4	4.4 Setor da economia baseada no Governo	25
1 Contexto	6	4.5 Serviços ambientais	25
2 Bases sociais, econômicas e ambientais para uma economia verde no Amapá	10	5 O Programa Pro-Extrativismo – uma opção pioneira	26
2.1 Aspectos econômicos	11	6 Reflexões sobre a experiência do Estado do Amazonas para informar a Estratégia de Economia Verde do Amapá	33
2.2 Aspectos sociais	11	6.1 As lições aprendidas com o Amazonas	35
2.3 Uso da terra	12	7 Áreas com potencial para futuras iniciativas	36
3 A economia verde no Amapá: perspectivas políticas e econômicas	15	7.1 Mineração	37
4 Opções de Economia Verde e caminhos para o Amapá	20	7.2 Programa Pro-Extrativismo (PPE)	37
4.1 Elementos de um Programa de Economia Verde para o Amapá	21	7.3 Condições facilitadoras – gestão adaptativa e melhoria contínua para a economia verde no Amapá	38
4.2 Setores com elevado dinamismo econômico, financiamento garantido e impactos sociais e ambientais elevados	21	8 Considerações finais	39
4.3 Setores com médio a baixo dinamismo econômico, financiamento não seguro e baixos impactos sociais e ambientais	24	Referências	41

Resumo

Há muita discussão internacional sobre o conceito de “economia verde”, mas ela é dominada por países da OCDE e organizações intergovernamentais. A Cúpula Rio +20 em 2012 concluiu que a configuração de uma economia verde deve depender de contextos nacionais específicos, da existência de recursos naturais, e das necessidades e capacidades das partes interessadas. Para atuar nisso, o IIED tem auxiliado na facilitação de diálogos e exploração dos potenciais de economia verde em dez países em desenvolvimento, oferecendo espaço para a troca de informações e opiniões de modo a construir abordagens de economia verde que façam sentido para pessoas e empresas locais.

O IIED entrou na colaboração com o Governo do Estado do Amapá inspirado pelos interesses do governador do Amapá no potencial de transformação das atividades econômicas e de governança para abordagens mais verdes. Isto incluiu:

- diálogos com múltiplas partes sobre o que a economia verde pode significar para o Amapá
- reuniões com o governador do Amapá e membros do governo
- uma visita de campo do governador do Amapá e membros do governo ao Amazonas para conhecer as experiências institucionais e de campo de políticas de economia verde na prática
- estudos técnicos sobre as oportunidades e barreiras para uma economia verde no Amapá.

O presente relatório explora o progresso inicial nas políticas e atividades verdes, as dinâmicas associadas na economia política, e estabelece um conjunto amplo, mas possível, de opções políticas.

Mineração, infra-estrutura, energia, agricultura, silvicultura e manejo florestal são os motores do desenvolvimento futuro do Amapá, sendo que os três primeiros têm maior potencial de mudar. Cada um destes setores é intimamente ligado à qualidade do ambiente. É possível, mas arriscado, desenvolver esses setores sem respeitar essas relações ambientais. No entanto, se o desenvolvimento do Amapá pretende ser

produtivo, duradouro e resiliente, a política econômica deve atentar para os ativos ambientais tais como florestas; limitar os riscos ambientais como a poluição; e visar mercados que estão dispostos a pagar por esses benefícios ambientais. Tudo isso deve ser feito de forma a incluir as pessoas cujos meios de subsistência estão estreitamente vinculados com as condições ambientais (notadamente os pobres), e aqueles que sabem como melhor lidar com os ativos e riscos ambientais (de grupos indígenas na floresta até empresas de mineração com boas práticas).

O governador tem enfatizado que a economia verde é tanto uma agenda social quanto de negócios e de meio ambiente. Para realmente promover mudança, a agenda verde deve se conectar com as realidades cotidianas de emprego, meios de vida, saúde e bem-estar humano.

Este documento oferece recomendações iniciais para próximos passos em direção a essa abordagem inclusiva e favorável a negócios que promovam uma economia verde. Uma série de critérios foram aplicados de modo a sugerir prioridades iniciais dentre as opções promotoras de economia verde:

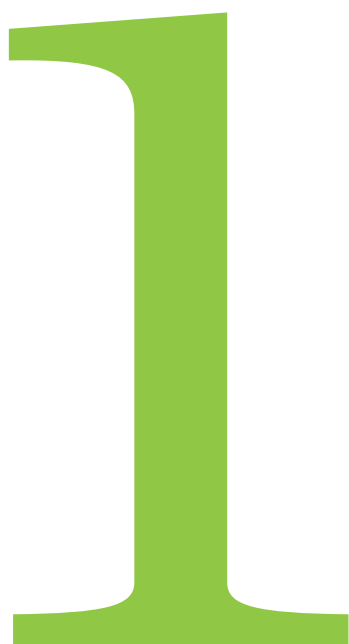
- Impacto na criação de empregos decentes
- Impacto sobre as populações mais pobres, principalmente sua inclusão na atividade econômica
- Intensidade do impacto ambiental e potencial de redução
- Disponibilidade de recursos e tecnologias necessários
- Acesso a mercados de bens e serviços verdes
- Existência de lideranças motivadas para promover mudança.

Opções setoriais promissoras parecem incluir: abordagens verdes e inclusivas para investimentos e negócios no setor de mineração; esquemas de energia renováveis; e atividades de base florestal que agregam valor ambiental e social. Uma análise mais detalhada faz-se necessária, especialmente no contexto urbano do Amapá.

Aqui apresentamos uma análise inicial de um programa pioneiro de economia verde florestal: o novo Programa Pro-Extrativismo (PPE) do Amapá. Este esquema de pagamentos a pequenos produtores visa melhorar a inclusão do povo do Amapá no crescimento econômico, bem como a valorização ambiental e social dos recursos florestais do Amapá. Conclui-se que o PPE tem potencial real, mas exigirá maior capacidade do governo para implementá-lo, acompanhamento científico para avaliar seus impactos sobre a prestação de serviços ambientais, e análise de custo-benefício com foco em quem se beneficia e de que forma. Se o PPE for bem sucedido, ele apontará para diversas outras maneiras pelas quais as pessoas do Amapá podem produzir serviços ambientais rentáveis.

Políticas inter-setoriais e a criação de condições favoráveis à economia verde também exigirão atenção – maneiras de tornar a máquina do governo e os negócios ‘verdes’ e ‘inclusivos’. Um passo inicial pode estar no aumento da proporção de gastos do governo com bens e serviços de empresas inclusivas e verdes. Outras opções incluem: contabilização do capital natural junto à contabilidade convencional; um conjunto de métricas ecológicas e sociais para avaliar o desempenho de empresas e organizações; avaliações ambientais estratégicas e outras formas de analisar as implicações verdes e sociais das políticas; e um fórum verde de múltiplos atores do estado do Amapá para buscar o consenso e permitir uma gestão adaptativa para o desenvolvimento sustentável.

Contexto



Este relatório é resultado de um pedido feito a Virgílio Viana, Pesquisador Associado do IIED e principal autor deste trabalho, por Camilo Capiberibe, governador do Amapá e líder político com forte compromisso com o desenvolvimento sustentável. O governador tinha aderido à ideia de economia verde como forma de ajustar incentivos econômicos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Seu pai, João Capiberibe, foi o primeiro governador a anunciar e implementar políticas de desenvolvimento sustentável em nível estadual na Amazônia brasileira, através do Programa PDSA (*Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá*), de 1992. Este programa viria influenciar outros programas de desenvolvimento sustentável em nível estadual região amazônica, no Estado do Acre (*Governo da Floresta*) e no Estado do Amazonas (*Programa Zona Franca Verde*). O governador do Amapá está agora criando o que poderia ser descrito como a quarta política de desenvolvimento sustentável estadual na Amazônia brasileira, e a primeira formulada após o conceito de economia verde entrar no debate político em 2008.

O conceito emergiu após o colapso do mercado financeiro global, quando os países do G20 começaram a introduzir “pacotes de estímulos verdes” para impulsionar o crescimento através do investimento verde (ver Box 1). A política de economia verde do Amapá tem como objetivo atrair os tipos e volumes de investimento que irão desencadear uma melhor utilização dos ativos e conhecimentos ambientais, juntos formando um novo ‘motor’ verde de crescimento econômico no estado. No entanto, o percurso apenas começou. Este artigo reflete sobre os progressos iniciais e próximos passos possíveis para ações setoriais e inter-setoriais no contexto do estado do Amapá.

O IIED tem facilitado a discussão sobre os distintos significados que a economia verde pode adquirir em diversos países em desenvolvimento. Os potenciais – tanto em países ricos quanto pobres – parecem ser:

- Melhoria na eficiência e produtividade do uso de recursos naturais
- Diminuição dos riscos associados a eventos climáticos, poluição e degradação dos recursos
- Aumento da resiliência dos setores econômicos e dos meios de subsistência a riscos financeiros, climáticos e outros
- Aumento de renda, emprego e bem-estar decorrentes dos itens acima.

Tais potenciais estão provando ser atraentes para governos, empresas e grupos da sociedade civil. Consequentemente, a economia verde se tornou um

tema amplamente discutido, passando da margem para o centro dos debates.

Esse aumento de interesse e atividade em todo o mundo é impressionante, mas economias verdes assumem significados muito diferentes em cada lugar. Os potenciais e os custos associados serão diferentes dependendo dos ativos ambientais do país e dos riscos existentes, das perspectivas econômicas, dos mercados e das preferências da sociedade. No início, o pensamento sobre crescimento verde foi liderado pelas Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento e outras organizações internacionais. Mas hoje, muitas iniciativas internacionais estão pressionando por aspectos específicos; a maioria enfatiza fortemente a promoção do *crescimento* econômico por meio de investimentos verdes, principalmente através do uso de técnicas analíticas padronizadas que focam no custo-benefício do abatimento de gases de efeito estufa (GEE) com sua promessa de atrair financiamento internacional do clima. Há menos ênfase em *inclusão* e *equidade* por meio de reformas na governança e/ou incluindo uma gama mais ampla de potenciais ambientais além da redução de GEE. Isto requer muito mais discussão e análises internas aos países do que muitas das iniciativas internacionais estão fazendo. Se, como o governador sublinhou, o que se pretende é conectar a economia verde às empresas e pessoas, ela se torna tanto uma agenda humana quanto empreendedora e ambiental. Esta necessidade de explorar as questões locais foi também a conclusão da Rio +20.

O IIED também acredita que é fundamental dar espaço aos países em desenvolvimento e às partes menos poderosas para que se possa trocar informação e opiniões de maneira crível, bem como para adaptar a economia verde às pessoas e às empresas locais. Dessa maneira, o trabalho colaborativo do IIED no Amapá incluiu uma combinação de:

- diálogos entre múltiplas partes para elaboração das vias de economia verde
- reuniões com o governador do Amapá e membros do governo
- uma visita de campo do governador do Amapá e membros do governo ao Amazonas para testemunhar as experiências institucionais e de campo de políticas de economia verde
- estudos técnicos sobre as oportunidades e barreiras para a economia verde no Amapá.

Em março de 2012, o IIED e o governo do Amapá organizaram o seminário “*Base para uma economia verde no estado do Amapá*”. Antes do seminário, o IIED produziu um análise do contexto político e econômico

BOX 1 DIVERSIDADE DE OBJETIVOS AO REDOR DO MUNDO NO DEBATE E AÇÃO DE ECONOMIA VERDE

Desde a crise financeira de 2008, tem havido muita discussão sobre a promessa do “crescimento verde” ou “economias verdes” em garantir um melhor desempenho econômico e dos meios de vida por caminhos que limitem as mudanças do clima e os danos ambientais. No entanto, a discussão tem passado por diferentes fases, como ilustrado pelos diálogos facilitados pelo IIED em países de renda baixa e média:

- O “crescimento verde” vem atraindo a atenção política e financeira: Muitas iniciativas internacionais estão trabalhando com países em desenvolvimento no investimento em energia limpa e infra-estrutura como novos motores de crescimento econômico e geração de emprego. A redução de gases de efeito estufa e tecnologias de baixo carbono começaram a dominar a iniciativa política, impulsionada pela promessa de redução dos custos de energia e de acesso a fontes de financiamento internacional de clima. Tais iniciativas de “crescimento verde” podem atrair significativo apoio político e investimentos nos países em desenvolvimento, com o respaldo de algumas grandes corporações.
- Os potenciais dos recursos naturais também precisam ser explorados: Os diálogos promovidos até hoje, juntamente com as Nações Unidas, apontam empresas que fazem uso sustentável dos recursos naturais como potenciais fontes de crescimento e emprego – em outras palavras, uma abordagem “duplamente verde” além de um foco sobre o clima. Elas oferecem um grande potencial particularmente para países e pessoas mais pobres, oferecendo rotas para que aqueles que dependem de forma desproporcional sobre o capital natural possam sair da pobreza. No entanto, esta abordagem ainda não se tornou parte significativa das iniciativas internacionais de economia verde.
- O esverdeamento da economia deve também incluir a justiça social: Embora países em desenvolvimento tenham tido papel menor nos debates sobre economia verde até hoje, nos diálogos nacionais facilitados pelo IIED o debate enfatizou a questão de equidade – em outras palavras, uma abordagem inclusiva para complementar as novas parcerias público-privadas ‘verdes’. As pessoas pobres que foram marginalizadas pelo sistema econômico atual ‘marrom’ devem estar no centro de um futuro econômico verde.

- Oportunidades inclusivas e verdes são limitadas por regras econômicas e financeiras – que devem ser transformadas para alcançar o desenvolvimento sustentável: Finalmente, enquanto a maioria dos atores nos diálogos focaram no aumento da eficiência energética e nos setores de bens e serviços de recursos naturais, uma minoria considerável levantou a necessidade de repensar a finalidade da economia como um todo para que ela foque em combinar o bem-estar humano e dos ecossistemas, olhando para o crescimento com esse objetivo mas limitando o crescimento da economia onde o dano ambiental está aumentando.

Muitos atores já estão começando a atingir resultados da economia verde, ainda que não em escala:

- Empresas líderes na maioria dos países estão expostas a novos mercados verdes internacionais, produzindo para compradores que discriminam em favor de elevados padrões ambientais e sociais (em alimentos, silvicultura e turismo especialmente, onde certificações verdes estão se tornando a regra). Vale a pena identificar essas empresas e incentivá-las a aprofundar suas contribuições e histórias de mudança, e compartilhá-las com todo o setor.
- Os próprios grupos pobres têm encontrado formas de produzir resultados verdes, inclusivos e produtivos, frequentemente dentro da economia informal, como grupos de coletores de lixo e comunidades que constroem e conduzem serviços de saneamento, que são capazes de competir por contratos de gestão de resíduos urbanos
- As empresas de tecnologia e empresas sociais podem ter desenvolvido certas tecnologias que podem ganhar escala se receberem apoio de instrumentos políticos e financeiros, tais como a transformação de resíduos em energia, sistemas isolados de energia solar e aquecimento de água
- Programas de governo e de gestão dos recursos naturais por organizações da sociedade civil frequentemente obtêm resultados inclusivos e verdes que podem ser alcançados a partir de usos da terra alternativos. Mas os diferentes modelos/ abordagens (por exemplo, para a agricultura sustentável ou atividade florestal) ainda não foram sistematizados, e os estímulos e mecanismos financeiros ainda não os favorecem (por exemplo, os subsídios ainda apoiam insumos externos como os combustíveis fósseis e produtos químicos).

Fonte: Bass, 2013

do Amapá e dos primeiros indícios de progressos e oportunidades tendo em vista o desenvolvimento de uma economia verde no estado¹. O seminário considerou esse trabalho técnico e desenvolveu um conjunto de opções políticas que respondem às suas conclusões. A partir dessas ideias, foi elaborado um relatório intitulado “Programa de Economia Verde para o Amapá”, que permitiu ao Governo do Estado identificar suas prioridades sobre todas as opções elencadas. Um segundo seminário sobre economia verde ocorreu em maio de 2013, e foi seguido por importantes decisões políticas do Governo do Estado do Amapá sobre desenvolver uma plataforma de economia verde com componentes políticos, iniciativas e investimentos.

Foi decidido que um passo prioritário seria projetar e testar um esquema de incentivo de pagamento a pequenos produtores de produtos florestais não-madeireiros pelos serviços ambientais prestados. Esse esquema de pagamento faz parte do *Programa Pro-Extrativismo* (PPE), um plano de desenvolvimento para importantes produtos florestais não-madeireiros. O objetivo é fortalecer a base produtiva dos ricos recursos naturais do Amapá (produtos florestais) de forma a beneficiar diretamente as pessoas pobres, estimular seu interesse em tornar-se empresários “verdes”, e garantir a provisão de variados serviços ecossistêmicos.

O governador do Amapá apresentou a plataforma de economia verde do estado em um painel de discussão na Conferência Rio +20 em junho de 2012. Ana Euler, presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), explicou o programa Pro-Extrativismo no Seminário “Fair Ideas”, organizado pelo IIED durante a Rio +20.

Um ano depois, em junho de 2013, o governador do Amapá e cinco membros do governo, juntamente com o presidente do Conselho Nacional de Populações Extrativistas, Joaquim Belo, fizeram uma visita de três dias ao Amazonas. A visita incluiu uma viagem de campo para conhecer o Bolsa Floresta e seu programa de educação na prática, bem como uma série de reuniões com funcionários do governo e lideranças da sociedade civil do estado de Amazonas.

O presente trabalho se baseia em todos estes eventos e estudos. As conclusões das reuniões e discussões foram usadas como insumo para este documento, bem como a análise da literatura existente sobre os programas de governamentais. Todos os materiais publicados são citados no texto.

¹ Viana, C.; Bass, S. and Viana, V. (2012). Economia Verde no Amapá: subsídios para o debate. IIED Report.

Bases sociais, econômicas e ambientais para uma economia verde no Amapá



2.1 Aspectos econômicos

A participação do Amapá na economia brasileira é de aproximadamente 0,2%. A população do estado é predominantemente urbana, como sua base econômica: o setor de serviços responde por cerca de 89% do PIB, o setor secundário por 8% e o setor primário por apenas 3,2%. Quase metade (48,7%) do PIB é proveniente da administração governamental e gastos sociais, 14,5% são advindos do setor de comércio e serviços, e 11% de atividades imobiliárias e aluguéis. Em 2011, o PIB do Amapá foi de R\$8.350 milhões de reais (IBGE, 2012).

Os principais setores produtivos do Amapá respondem atualmente por pequenas porções do PIB: a construção civil é responsável por 3,8%; a indústria de transformação por 3,1%; a agricultura, silvicultura e produtos florestais por 2,3%; pecuária e pesca por cerca de 1%; e mineração por 1,4% (IBGE, 2012). A indústria de transformação no Amapá gerou R\$155 milhões em 2011 segundo o IBGE (2012), e centra-se na transformação de produtos minerais.

Os minérios são os principais produtos de exportação do Amapá: em 2013, o principal produto exportado foi ouro, responsável por 50,7% do total das exportações, seguido por minério de ferro, com 34,6% (SECEX, 2014). Cerca de 99% do ferro, caulim, ouro e cromita produzidos no Estado foram destinados para os mercados externos (nacionais e internacionais), e as quatro indústrias empregaram cerca de 1.190 pessoas em 2009 (Oliveira, 2010).

A área de floresta plantada no estado do Amapá em 2012 foi de 49.951 ha, colocando-o como o 14º estado brasileiro em termos de área de plantações florestais. As florestas plantadas geraram 1.762.169 m³ de madeira em tora em 2012. 531.491 m³ de madeira em tora e 320.862 m³ de lenha foram legalmente retiradas de florestas nativas em 2012 (IBGE, 2013b). A participação de madeira e produtos de madeira nas exportações do Amapá foi de 4,5% em 2012 e subiu para 11,2% em 2013 (SECEX, 2014).

O PIB não consegue medir a contribuição dos ativos ambientais ao bem-estar. Assim, apesar de sua baixa contribuição para o PIB, a extração de recursos florestais não-madeireiros, a agricultura familiar e a pesca são vitais para garantir os meios de subsistência e a segurança alimentar à população do Amapá. Em 2007, a produção de pescados foi responsável por mais de R\$50 milhões. 63% do pescado foi extraído de águas continentais e 35% de águas marinhas (IBAMA, 2007). Em 2012, o principal produto florestal não madeireiro extraído no Amapá foi o açaí (gerando R\$2.234 mil para os produtores), seguido da castanha-do-Brasil (R\$319 mil), borracha (R\$210 mil) e palmito (R\$26 mil) (IBGE, 2013b). No entanto, grande parte da produção e do comércio de produtos não-madeireiros

ocorre no mercado informal; este não é capturado por dados oficiais mas precisa ser melhor avaliado caso se pretenda aumentar seu potencial econômico.

A cadeia produtiva do açaí movimentava um total de R\$500 milhões/ano (Carvalho, 2010). Existem cerca de 2.300 amassadeiras de açaí em Macapá e Santana, dois dos principais municípios produtores de açaí (Carvalho, 2010). Além disso, o açaí é um importante produto de exportação do estado, sendo que em 2013 respondeu por cerca de 3,2% das exportações amapaenses, e 3,9% em 2012 (SECEX, 2012). Cerca de 90% do açaí consumido no Amapá é extraído de áreas de várzea no estuário do rio Amazonas, em ilhas pertencentes ao estado do Pará. O apoio do governo ao setor está crescendo: a Embrapa e o IEPA desenvolveram técnicas para o manejo sustentável e processamento do açaí a partir das quais o IEF treinou mais de 2.000 pequenos produtores. O SEBRAE e empresas como a Sambazon também trabalham com o fortalecimento da cadeia produtiva, melhoria da qualidade do açaí e do processo de beneficiamento, além de apoiar o acesso a inovações e incentivos financeiros. Programas governamentais, como o PRONAF, oferecem financiamento para pequenos agricultores e populações extrativistas.

2.2 Aspectos sociais

Cerca de 90% da população do Amapá é urbana, e 74,6% da população vive nos municípios de Macapá, a capital do estado, ou Santana. A população do Amapá recentemente teve o maior aumento populacional entre os estados brasileiros: um aumento de 40% entre 2000 e 2010, contabilizando um total de 669.526 pessoas em 2010 (IBGE, 2011). Um fator que ajuda a explicar este fenômeno é a migração: cerca de 28,2% da população atual é não nativa do Amapá (PNAD, 2012).

De acordo com dados oficiais, existem 48 assentamentos urbanos com condições de moradia inadequadas no Amapá, 24 dos quais estão localizados em Macapá e 11 em Santana. Esses assentamentos tinham uma população residente de 108.086 pessoas em 2010, ou 16,1% de todos os habitantes do estado. Dos 23.909 domicílios desses assentamentos, 12.385 usam rios, lagos ou o mar como destino de esgoto, e as famílias restantes estão ligadas à rede de esgoto de forma irregular. Apenas 13,1% de todos os domicílios urbanos do Amapá têm saneamento adequado, enquanto 78,9% têm saneamento semi-adequados, e 8% inadequados (IBGE, 2011). Ainda que essas taxas representem uma melhoria significativa em relação àquelas observada em 2000, elas ainda podem ser melhoradas. Nas áreas rurais, apenas 2,4% dos lares têm saneamento adequado, enquanto 32,5% são semi-adequados, e 65,1% são inadequados (IBGE, 2011). 100% das famílias têm acesso à água (de várias fontes) e 99,1% têm acesso à eletricidade (PNAD, 2012). 98%

dos domicílios têm televisão, e 93% têm geladeiras (PNAD, 2012).

A taxa de analfabetismo entre as pessoas com idades entre 15 anos ou mais no Amapá caiu de 12,1% em 2000 para 8,4% em 2010. A parcela da população com maior taxa de analfabetismo é a indígena, seguida pela população negra. O PIB per capita do Amapá foi de R\$13.105 em 2011, muito abaixo da média dos estados brasileiros, de R\$21.254 (IBGE, 2012).

A taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos caiu de 36,8 em 2000 para 27,7 por mil nascidos vivos em 2011, mas o Amapá ainda é o estado com a maior taxa do Brasil (IDB, 2012). Em 2010, o Amapá tinha o menor número de médicos per capita, com 0,75 médicos por 1000 habitantes (IDB, 2012). O Amapá tem a maior expectativa de vida ao nascer (72,1 em 2010) dos estados da região Norte (média de 70,8), mas é inferior à média do Brasil (73,9 em 2010) (IDB, 2012).

Diante desses baixos índices de bem-estar humano, é altamente desejável que a política e a prática da economia verde sirvam para melhorar a vida das pessoas. Enquanto o PPE é um programa pioneiro com foco em oportunidades para a população rural pobre, existe também uma clara necessidade de melhorar a sustentabilidade da economia urbana, onde a maioria das pessoas vive.

2.3 Uso da terra

De acordo com instituições de pesquisa (Embrapa, IBGE, SUDAM), entre 60 e 70% dos solos das regiões oeste e central do Amapá são inadequados para a agricultura, sendo mais adequados para a proteção de florestas ou extração de produtos florestais não-madeireiros (Drummond & Pereira, 2007). O Amapá não é um grande produtor agrícola. Sua produção está voltada principalmente para o consumo interno, tendo como principais produtos a mandioca (12.800 ha plantados em 2012), o milho (2.600 ha plantados) e o arroz (2.500 ha plantados) (IBGE, 2013a). O estado tem rebanhos significativos de búfalo (254.046 indivíduos) e bovinos (142.825 indivíduos), ambos criados em sistema extensivo (IBGE, 2013c).

Entre a área de floresta e várzea, há uma faixa de cerrado no sentido norte-sul que ocupa cerca de 6,9% do território do Amapá, ou 986 mil hectares. Atualmente, essa área tem sido utilizada por florestas plantadas (principalmente eucalipto), e para a produção agropecuária. Essa área é apontada como sendo de grande aptidão para a produção de soja, ainda que os preços dos insumos ainda dificultem a

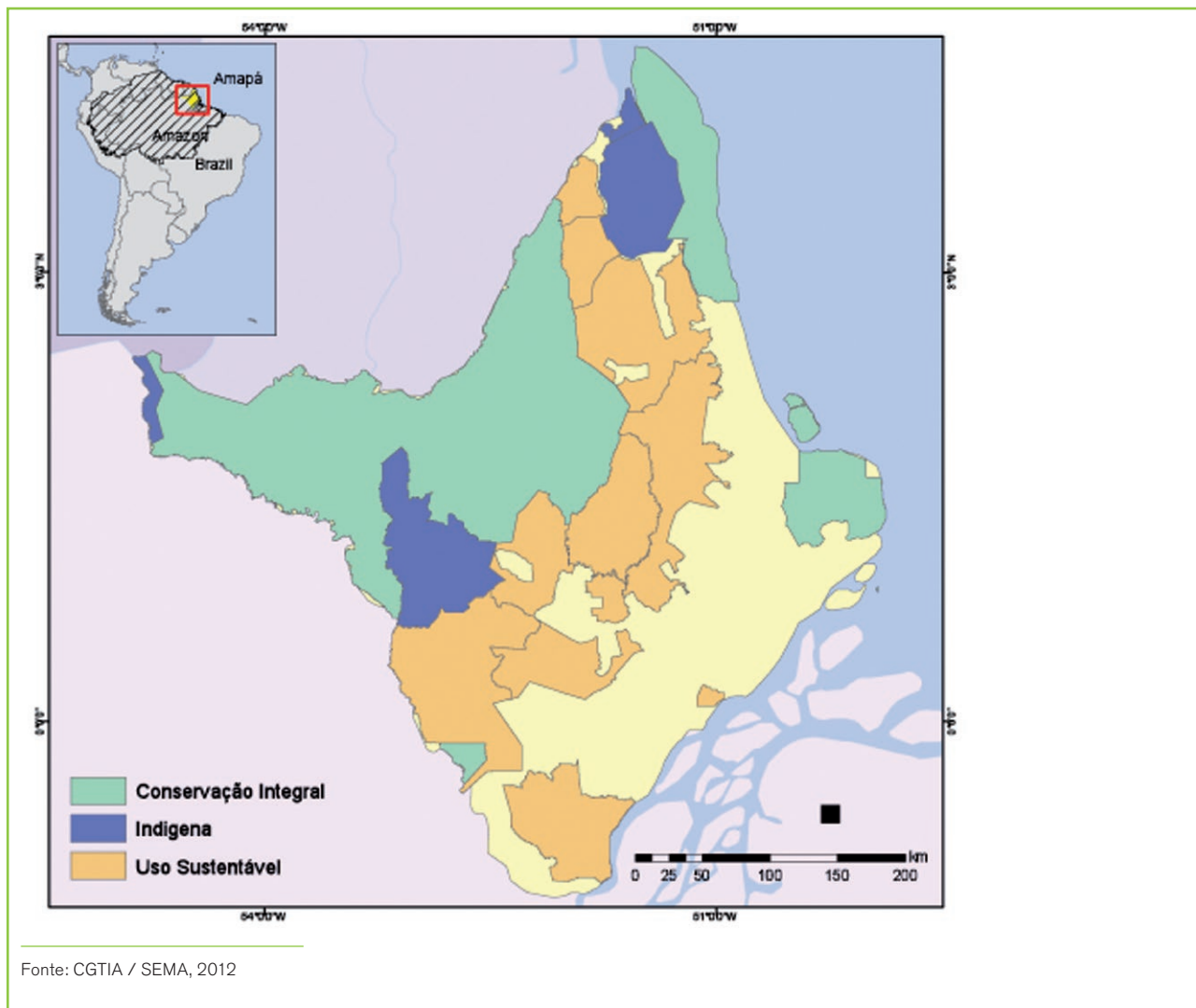
viabilidade da produção (Yokomizo, 2004). No entanto, existe um setor do agronegócio emergente, com grande perspectiva de expansão, que compreende principalmente investidores oriundos do Mato Grosso e outros estados. Até 2012 não houve registro de produção de soja no Amapá (IBGE, 2013a), mas a perspectiva de adequação do porto de Santana para escoar a produção de soja do Mato Grosso e de municípios ao longo da BR 163, juntamente com a crescente demanda internacional, indicam que a soja pode vir a ser um produto atraente para a região.

Não menos importante é a riqueza armazenada nas florestas, notadamente a biodiversidade, o estoque de carbono e outros serviços ambientais. Esses recursos estão se tornando cada vez mais escassos na escala global, e estão começando a formar a base de uma determinada classe de ativos financeiros verdes, notadamente a compensação de carbono. No total, o estado do Amapá tem cerca de 70% do seu território em áreas protegidas, o que corresponde a 9.981.538 hectares (Drummond, Dias & Brito, 2008) (Figura 1). Oito áreas pertencem a categorias de proteção integral: parques nacionais, reservas biológicas ou estação ecológica, o que representa quase 60% de toda a área protegida. Onze áreas são classificadas como de uso sustentável, distribuídas em Reserva Extrativista Nacional (RESEX), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Floresta Nacional, Floresta Estadual, Área de Proteção Ambiental, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Parque Natural Municipal. Existem ainda cinco terras indígenas demarcadas, totalizando 1.183.498,31 hectares.

Existe um enorme potencial de participação do Amapá na mitigação das mudanças climáticas globais por meio da preservação das florestas: apenas 2% da área do estado foram desmatadas. (Figura 2). A emergente economia do mercado de carbono representa uma oportunidade para o Amapá ser pago pela provisão de serviços de conservação de carbono florestal, ou por ser 'recompensado' por manter suas florestas em pé. O mecanismo internacional de REDD+² está em negociação há alguns anos, mas decisões importantes sobre seu desenho e operação foram feitas na Conferência das Partes da UNFCCC no final de 2013. Além disso, o mercado voluntário de carbono tem por vários anos permitido que empresas, indivíduos ou territórios compensem suas emissões de GEE através da compra de créditos de projetos de conservação da floresta. No quadro emergente de REDD+, as estimativas de *estoque* e *fluxo* de carbono devem seguir rigorosos critérios de medição, relato e verificação (MRV), a partir de um nível de referência da floresta, de modo a garantir que as reduções de emissões

² Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, mais conservação, manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal.

Figura 1. Áreas protegidas do Amapá.



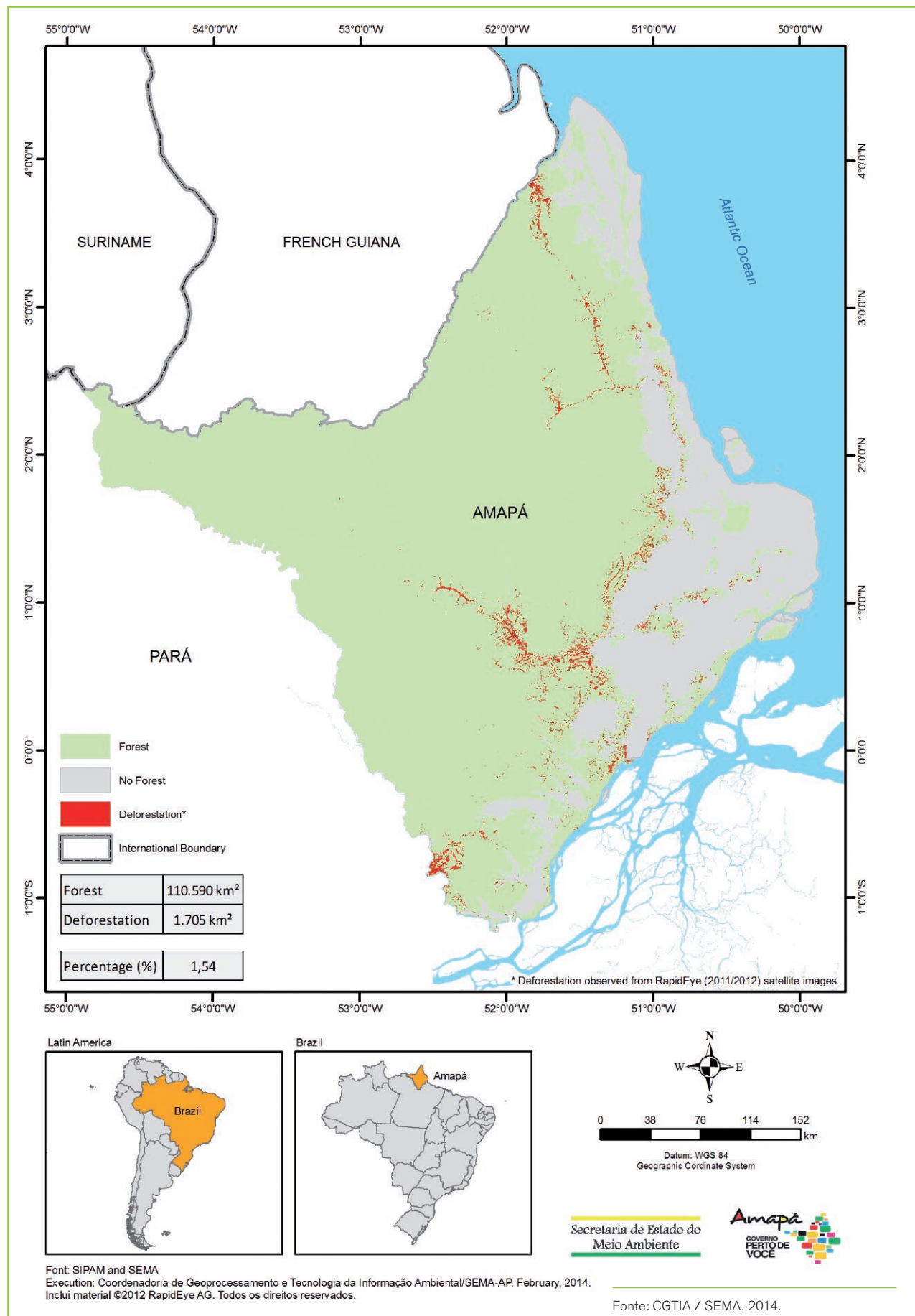
sejam genuínas e adicionais. Há também salvaguardas para garantir a participação social na repartição de benefícios. No Amapá, os moradores da RESEX ou RDS e populações extrativistas podem ser os primeiros a se beneficiar de um mecanismo desse tipo, pois eles são dependentes, e guardiões, das florestas.

Os critérios utilizados para a geração de créditos de carbono enfatizam a adicionalidade, ou seja, a compensação exige a retenção de mais carbono do que de teria ocorrido na ausência daquele determinado projeto. Isso poderia resultar em um pequeno volume de créditos de carbono para o Estado do Amapá, apesar de sua extensa área de floresta intacta – isto porque a conversão da floresta, com base em taxas passadas de desmatamento, não é uma ameaça tão grave como em outras áreas do país. No entanto, existe no Brasil o

reconhecimento de que um sistema que premia apenas as áreas onde o desmatamento tem sido alto pode resultar em incentivos perversos, e de que, portanto, faz-se necessário incentivar estados como Amapá, que tem elevados estoques de carbono, a mantê-los. O governo do Amapá está ciente deste potencial se adiantou através da discussão da Política Estadual de Mudanças Climáticas e da participação no Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta, entre outras iniciativas.

Existe portanto o potencial do carbono no Amapá, mas as oportunidades também precisam ser ampliadas para incluir outros serviços ambientais prestados pelas florestas preservadas – notadamente a conservação da biodiversidade, regulação hídrica e conservação cultural.

Figura 2. Desmatamento no estado Amapá (vermelho) e florestas (verde).



Font: SIPAM and SEMA
 Execution: Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia da Informação Ambiental/SEMA-AP. February, 2014.
 Inclui material ©2012 RapidEye AG. Todos os direitos reservados.

Fonte: CGTIA / SEMA, 2014.

A economia verde no Amapá: perspectivas políticas e econômicas

3

O Governador Capiberibe tem mostrado um comprometimento contínuo com o desenvolvimento sustentável, e está agora desenvolvendo políticas de economia verde³. Ele tem participado de eventos como seminários, oficinas e visitas de campo (tais como a visita ao Amazonas). Os investimentos políticos e financeiros do Programa Pro-Extratativismo também mostram esse compromisso, além de uma integração cada vez maior da idéia no Governo do Estado. Ainda assim, há muitos desafios para a agenda da economia verde no Amapá.

Em primeiro lugar, a relação entre o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa estadual vem sendo marcada por divisões partidárias ligadas às diferenças entre a administração atual e a anterior. Na campanha das eleições de 2010, dois candidatos foram presos pela Polícia Federal. Este foi um fator decisivo na eleição, ganha pelo atual governador Capiberibe. Em 2013, essa tensão tomou um novo rumo: membros da Assembléia do Estado estabeleceram um confronto público e aberto com a administração do Estado, mais especificamente relacionado com a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA). O Governo do Estado está em oposição aos interesses agrícolas e de mineração na FLOTA, que pretendem converter parte da área em atividades de mineração e agricultura comercial – algumas das quais ilegais. Em contrapartida, o Governo do Estado tem uma forte agenda ambiental e deseja promover o manejo florestal e agroflorestal sustentável. Para contrabalançar essa pressão política, movimentos sociais e ONGs vieram a público para apoiar as políticas do governador Capiberibe, especialmente aquelas implementadas pelo Instituto Florestal do Amapá, que estavam sob grande pressão da Assembléia Legislativa com suas chamadas para cancelar o decreto de criação da FLOTA.

Em segundo lugar, as instituições governamentais são muito frágeis. Este é um problema histórico, agravado ainda mais por questões partidárias, e que levou a descontinuidades de programas e projetos dentro do Estado. Um ilustração deste problema é que muitos computadores tiveram seus discos rígidos apagados antes da posse da nova administração. Os salários são muito baixos, o que resulta em alta rotatividade de funcionários públicos, bem como de cargos nomeados. O excesso de burocracia e ineficiência agravam ainda mais o problema da fragilidade institucional.

Novos vetores de atividade econômica estão alterando a paisagem política. A crescente produção agrícola está aumentando o papel econômico e a influência daqueles que estão a favor da expansão das terras agrícolas em

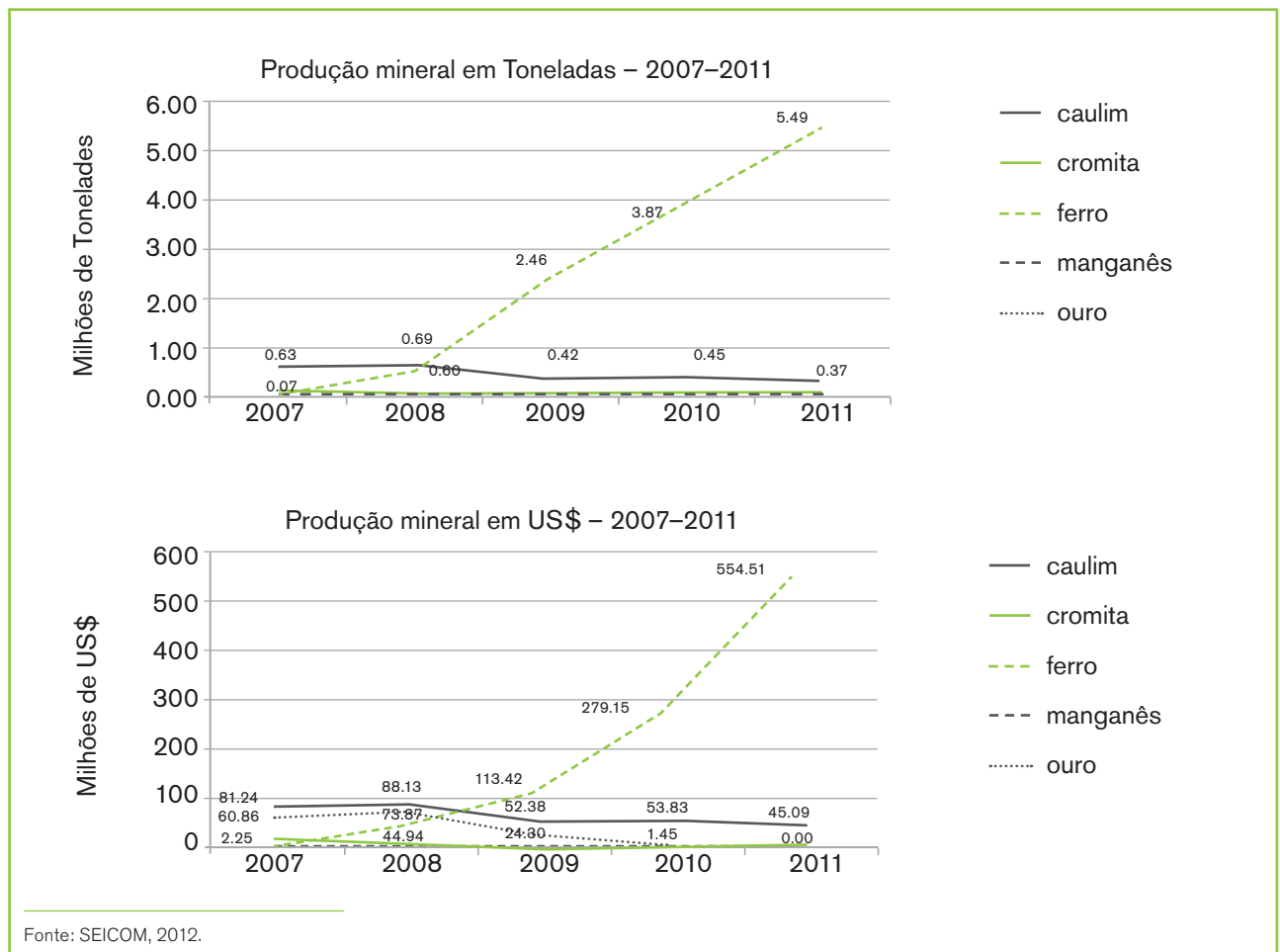
detrimento das florestas, cerrado e outros ecossistemas naturais. O desmatamento atualmente é feito em pequena escala e limitado a áreas ao redor da capital Macapá e ao longo da pequena rede de estradas (Figura 2). No entanto, há uma pressão crescente sobre o cerrado para a expansão da soja, associado com grandes investimentos privados feitos por empresas agrícolas do estado de Mato Grosso, o maior produtor de soja do Brasil. Uma restrição significativa para o governo do Amapá é sua jurisdição limitada, uma vez que a maior parte da terra é legalmente propriedade do Governo Federal. A FLOTA é uma das poucas exceções, e esta é uma das razões do interesse do setor do agronegócio nesta área: trata-se de uma área sobre a qual o Governo do Estado tem autoridade legal mas pouca capacidade, tornando-a fonte de conflitos políticos sobre a posse da terra e a conservação.

O cenário do Amapá reflete uma tendência nacional no Brasil. O agronegócio tem crescente importância para o PIB nacional, aumentando também sua influência política. Em 2012, o Congresso brasileiro aprovou uma legislação florestal que foi tida pela maioria dos ambientalistas como um retrocesso dos compromissos ambientais ao render-se à agricultura insustentável. O Código Florestal define regras gerais de ocupação de terras no Brasil, e passou a permitir a consolidação de áreas desmatadas antes de 2008. Isto é percebido como uma anistia aos desmatamentos feitos ilegalmente, e pode encorajar mais desmatamento. Em 2013, houve um tenso debate no Congresso sobre terras indígenas, que pode resultar em outro revés para a conservação e o direito de povos indígenas. A tendência de crescimento não-inclusivo e com poucas considerações ambientais é liderada por organizações pró-agricultura e alguns membros do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, uma importante iniciativa está sendo liderada pelo IEF. Ao incentivar a exploração legal em áreas florestais pequenas, médias e grandes por cooperativas locais e pelo setor privado através de concessões florestais, espera-se que a extração ilegal de madeira diminua. O primeiro edital foi lançado em dezembro de 2013, oferecendo 150 mil hectares de floresta nativa. Audiências públicas foram realizadas em março em três municípios envolvendo representantes de vários setores da sociedade (estudantes, comunidades locais, populações tradicionais, funcionários do governo, setor privado). O leilão está previsto para ocorrer em abril de 2014. De acordo com um zoneamento concluído recentemente, o Amapá tem cerca de 1 milhão de hectares de florestas com potencial de concessão.

³ O termo "desenvolvimento sustentável" é mais amplamente utilizado nas discussões no Amapá. O termo "economia verde" ainda não está claro para muitas partes interessadas, sendo que um dos objetivos deste programa de colaboração foi esclarecer justamente isso. Algumas partes interessadas ainda preferem o "desenvolvimento sustentável", tanto por razões históricas (pelo programa anterior de desenvolvimento sustentável do Amapá – PDSA) quanto por razões ideológicas (algumas pessoas com tendências de esquerda vêm a economia verde não necessariamente socialmente inclusiva, refletindo, talvez, grande parte da discussão e iniciativas internacionais até recentemente). Na prática, estamos falando sobre a obtenção de sinais econômicos e de mercado certos para o desenvolvimento sustentável.

Figura 3. Produção e retorno econômico da mineração no Amapá.



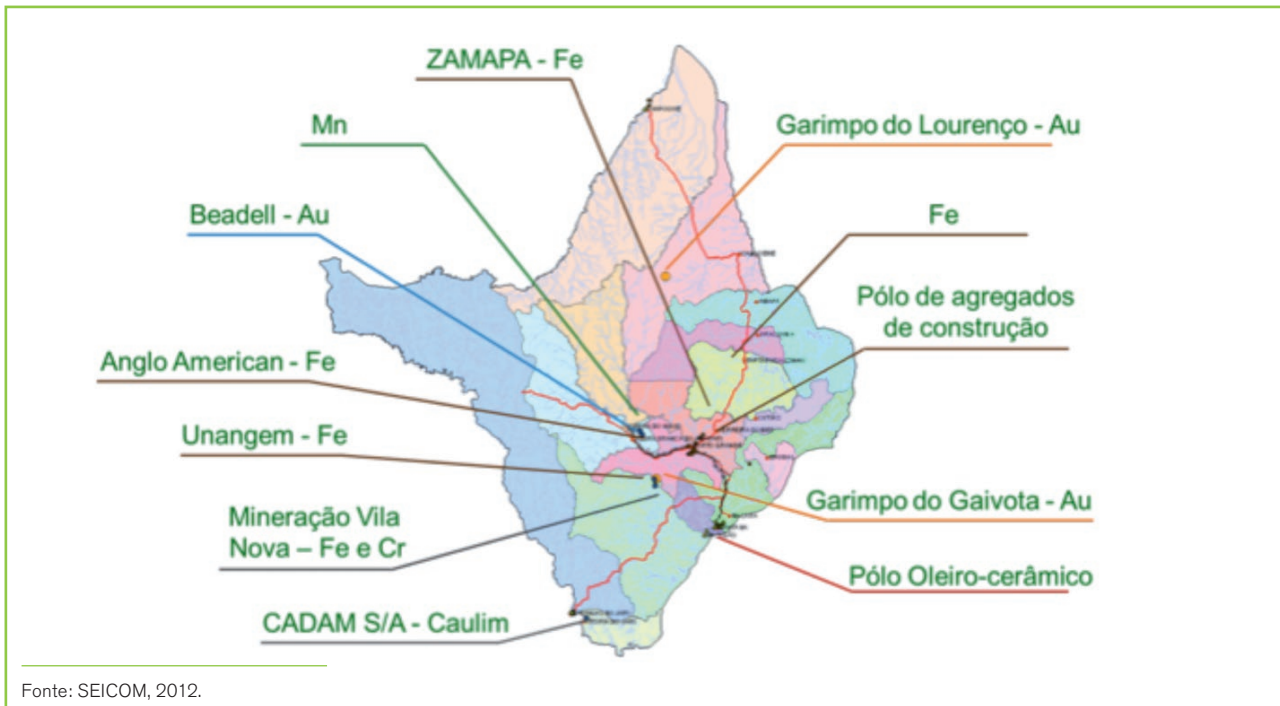
As atividades de mineração também estão aumentando no Amapá (Figura 3), e o desenvolvimento do setor é visto como central para o futuro da economia do estado (Figura 4). No entanto, os interesses de expansão da atividade mineradora também podem representar uma ameaça para áreas protegidas como a FLOTA. Há uma crescente pressão política por parte da Assembléia do Estado para reduzir a área sob proteção ambiental. Além disso, grandes interesses do setor da mineração estão pressionando por mais desenvolvimento em infra-estrutura (especialmente estradas). O garimpo de ouro é um importante vetor de degradação ambiental, especialmente em Lourenço, Vila Nova e Oiapoque, e a poluição por mercúrio é um importante contaminante de pescados e uma questão que merece atenção. Garimpeiros brasileiros também têm entrado ilegalmente na Guiana Francesa, criando problemas semelhantes.

Há uma pressão crescente pela instalação de grandes infra-estruturas para viabilizar o crescimento de outros setores. A conexão com a Guiana Francesa oferece grandes oportunidades comerciais para o Amapá; nesse sentido, a BR-156 está sendo pavimentada e a ponte binacional está sendo concluída. Há também a

intenção de pavimentar as seções restantes da BR-210. A readequação do porto de Santana pretende expandi-lo para escoar a produção de grãos de outras partes do Brasil. O Amapá poderá receber produtos para a Guiana Francesa, bem como promover maiores relações comerciais com este e os demais países do escudo da Guiana, abrindo perspectivas para seus produtos agrícolas e pecuários, entre outros. Assim, espera-se que a consolidação da infra-estrutura logística do estado melhore o desempenho econômico do Amapá. Ao mesmo tempo, diversos estudos indicam que estradas, especialmente as pavimentadas, são importantes vetores de desmatamento (Soares-Filho *et al.*, 2004; Soares-Filho *et al.*, 2006; Nepstad *et al.*, 2002). Portanto, é essencial pensar em estratégias para controlar o desmatamento e a degradação ao longo das estradas.

O Governo do Amapá recebeu um empréstimo de R\$ 2 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investir na construção e pavimentação de estradas. O Governo Federal também garantiu financiamento para a pavimentação da BR-210. Esses investimentos representarão uma ameaça para a terra indígena (Ueça)

Figura 4. Mapa de projetos de mineração atuais no Amapá.

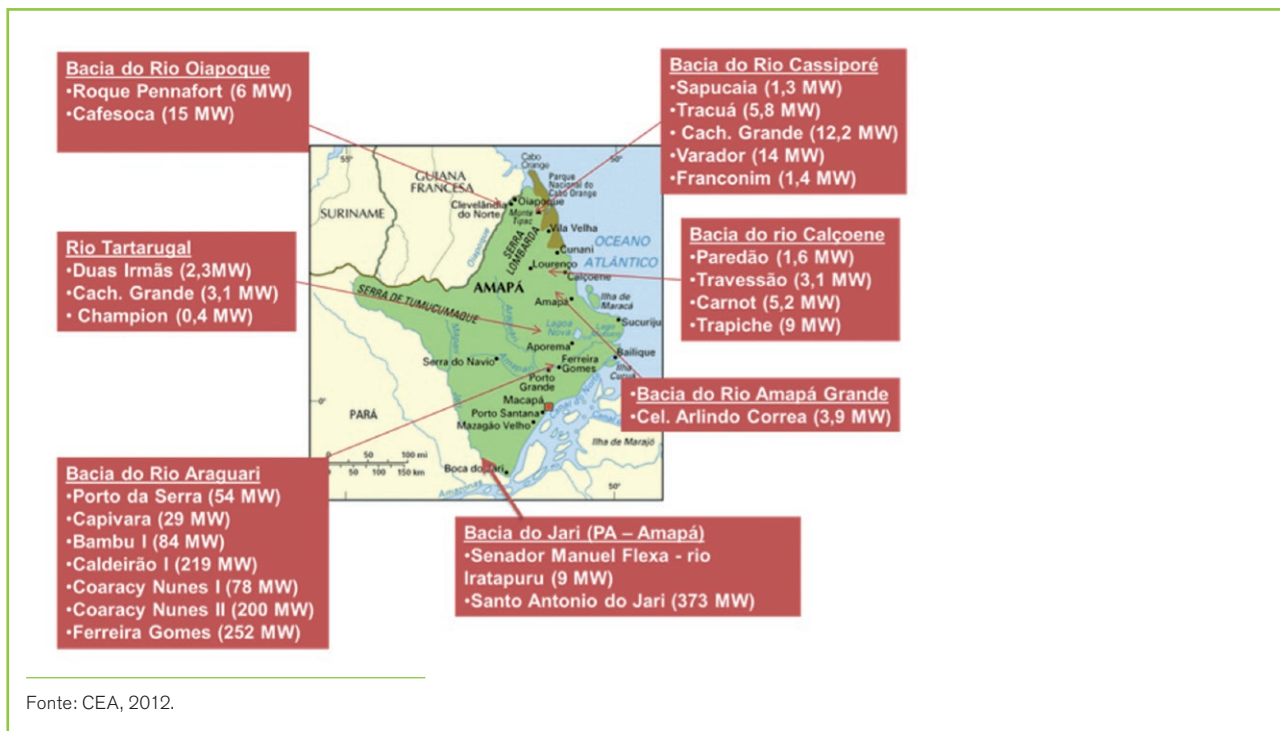


e áreas protegidas (RESEX Cajari) se não forem acompanhados de medidas que garantam o controle ambiental e programas de desenvolvimento sustentável.

Enquanto uma economia verde propõe uma matriz energética limpa, 70% da geração de energia no Amapá atualmente é feita a partir da queima de óleo diesel (Eletronorte 2012). No entanto, esforços estão sendo feitos para reverter esta situação. A integração

do estado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) é um exemplo; outro são as hidrelétricas planejada para gerar 1.000 MW (Figura 5). Essas alternativas irão substituir o fornecimento de energia da usina termelétrica de Santana e poderão até transformar o estado em um exportador de energia através do SIN (CEA, 2012). Por outro lado, esses empreendimentos irão aumentar a pressão sobre os ecossistemas

Figura 5. Novos projetos hidrelétricas no Amapá.



naturais e comunidades tradicionais, que estão sujeitas a inundações e outros impactos associados a projetos hidrelétricos na Amazônia. Alternativas verdes, tais como a utilização de resíduos, energia solar, eólica, biomassa e pequenas ou micro hidrelétricas, podem ser soluções inteligentes para a questão, ao menos em determinadas localidades. Além disso, elas poderiam gerar créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O projeto hidrelétrico Ferreira Gomes já está desenvolvendo um projeto de MDL, com base nas emissões evitadas pela substituição do diesel para geração de energia.

A agricultura, silvicultura, mineração, infra-estrutura e energia são, portanto, claramente os motores do desenvolvimento futuro do Amapá. Cada um destes setores é intimamente ligado à qualidade ambiental. É possível, pelo menos no curto prazo, desenvolver esses setores sem respeitar essas relações ambientais. Mas, se o desenvolvimento do Amapá pretende ser produtivo, duradouro e resiliente, tanto para esta geração quanto para as outras que virão, a política econômica deve cuidar dos ativos ambientais, tais como as florestas; limitar riscos ambientais como a poluição; e visar mercados que estejam dispostos a pagar por esses benefícios. Além disso, é importante abordar o desenvolvimento econômico de forma a promover a inclusão das pessoas que mais dependem de recursos ambientais e estão mais vulneráveis a riscos ambientais (populações pobres) e, ao mesmo tempo, recompensar aquelas que detêm mais conhecimento sobre como administrar esses recursos (de grupos indígenas na floresta até empresas de mineração com boas práticas). Isso pode ser chamado de “economia verde inclusiva”. Para ser verdadeiramente incorporado nessa abordagem, é necessário que a agenda verde seja fundamentalmente uma agenda humana – de modo a fazer a conexão com as realidades cotidianas de trabalho, os meios de vida, a saúde e o bem-estar.

Existem precedentes – a agenda da sustentabilidade é amplamente apoiada, ao menos em teoria, pela população do Amapá. Embora a maioria da população seja urbana, há fortes laços familiares e culturais com as populações da floresta, consideradas conhecedoras da natureza mas empobrecidas e carentes de apoio especial por parte das políticas públicas. Isso cria um ambiente favorável para o sucesso de políticas verdes como o Programa Pro-Extrativismo. O grau de sucesso deste programa pode tornar-se um fator importante para as eleições estaduais em 2014, que irão coincidir com as eleições presidenciais.

A administração atual tem promovido uma agenda pró-verde. Este cenário pode mudar caso os grandes interesses da mineração, agricultura e energia promovam uma cisão política e econômica no Amapá. O desafio é evitar ou diminuir essas discrepâncias, identificando formas de conciliar o crescimento

econômico convencional (mineração, agricultura e energia) com agendas sociais e ambientais inovadoras. A economia verde inclusiva, como uma maneira de obter o valor ambiental e social de toda a produção econômica, parece ser uma opção atraente.

O governador do Amapá e alguns membros do governo fizeram uma importante visita ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), em Washington, em maio de 2013. Em dezembro de 2013, o BID aprovou um financiamento não-reembolsável de 300 mil dólares para a realização de inventário florestal, elaboração de planos de manejo e capacitação dos produtores em manejo florestal, bem como o desenho de mecanismos que garantam a sustentabilidade do projeto a longo prazo – incluindo REDD+. Isso compõe um projeto de US\$ 7 milhões, dos quais US\$2 milhões são na forma de financiamento não-reembolsável (visando a capacitação para serviços ambientais) e US\$5 milhões como empréstimo ao Governo do Estado. O empréstimo será utilizado como crédito para produtores florestais na segunda fase do Programa Pro-Extrativismo; a Agência de Fomento do Amapá (AFAP) concederá empréstimo aos produtores florestais a taxas abaixo da média, baseado nos “serviços bioclimáticos” gerados pelo aprimoramento das práticas de manejo florestal. A AFAP receberá os direitos sobre esses serviços como uma compensação pelas taxas de juros subsidiadas. Então os créditos destes serviços bioclimáticos serão transferidos para o BID, que os utilizará como abatimento da dívida do empréstimo. O Estado do Amapá dará uma contra-partida adicional de R\$ 3,5 milhões.

Esta iniciativa pode gerar um avanço conceitual e potencialmente incentivar o BID a avançar na agenda verde. No entanto, existe uma necessidade de melhorar a quantificação e valoração desses serviços bioclimáticos.

Além disso, o Fundo Amazônia, com recursos provenientes da Noruega e gerido pelo BNDES, aprovou um projeto de R\$ 40 milhões que vai dar um enorme impulso para as cadeias produtivas da ‘sociobiodiversidade’ no Amapá, com ênfase no açaí, madeira, castanha-do-Brasil e fibras. O Instituto Estadual de Pesquisas do Amapá (IEPA) também fará um investimento significativo para auxiliar na prospecção da biodiversidade visando novos produtos farmacêuticos e terapêuticos. Todos esses são passos importantes no sentido de gerar uma nova e inclusiva economia de base florestal.

Opções de Economia Verde e caminhos para o Amapá



4.1 Elementos de um Programa de Economia Verde para o Amapá

Descrevemos como os diferentes países têm diferentes abordagens para a economia verde, dependendo da disponibilidade de recursos, das oportunidades para a rentabilidade das práticas sustentáveis, e do contexto político. O seminário de março de 2012 sobre Economia Verde no Amapá, realizado pelo Governo do Estado em parceria com o IIED, identificou quatro tipos de setores na economia do Amapá: (i) elevado dinamismo econômico, financiamento garantido e impactos sociais e ambientais elevados – como a mineração, infra-estrutura e agricultura comercial; (ii) médio a baixo dinamismo econômico, financiamento não seguro e baixos impactos sociais e ambientais, tais como a silvicultura; (iii) economia baseada no governo e (iv) serviços ambientais. Cada tipo tende a ser distinguido por diferentes níveis de interesse dos investidores e disponibilidade de capital, pela dependência de fundos do governo, e pelos impactos nos meios de vida e no meio ambiente. Cada um desses setores também tem diferentes exigências financeiras, técnicas e políticas, portanto requer estratégias variadas para promover a economia verde no Amapá.

O Seminário de março de 2012 discutiu as possibilidades de esverdear os diferentes setores. A Tabela 1 mostra a principal agenda política para cada setor, tendo como objetivo promover mudanças do 'business as usual'⁴ para um desenvolvimento mais inclusivo, mais verde e mais duradouro. Além disso, a Tabela 2 apresenta as propostas de políticas inter-setoriais que foram sugeridas por seu potencial de melhorar as realizações dentro de cada setor, especialmente encorajando sinergias entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais. Por exemplo, no caso de projetos de mineração e de energia, há o potencial de desenvolver fundos que promovam o pagamento por serviços ambientais e programas que promovam a gestão sustentável do pescado. Tais iniciativas financiadas localmente poderiam se tornar catalisadoras de práticas inovadoras de gestão dos recursos naturais. O Amapá e outros estados amazônicos têm um número significativo de instituições de pesquisa com diversas alternativas técnicas para a gestão sustentável dos recursos, e agora é a hora de explorá-los e ampliá-los. Os fundos internacionais, geridos pelo BID ou BNDES (Fundo Amazônia) podem se tornar fontes adicionais de financiamento. Ter um conjunto estruturado de políticas

setoriais da economia verde pode ser muito importante para aumentar a coordenação entre essas políticas, bem como para reunir o apoio político para a agenda da economia verde.

Além das políticas setoriais, ações inter-setoriais podem contribuir para o avanço da agenda da economia verde no Amapá. Algumas das possibilidades discutidas no Seminário de março de 2012 estão listadas na Tabela 2.

4.2 Setores com elevado dinamismo econômico, financiamento garantido e impactos sociais e ambientais elevados

Esses setores incluem os investimentos em infra-estrutura (estradas e habitação), energia, mineração e agricultura comercial (incluindo plantação florestal). O recurso para o desenvolvimento de infra-estrutura (estradas e habitação) é oriundo de financiamento público do Governo Federal, como o empréstimo de R\$1,5 bilhões do BNDES ao Governo do Amapá para investir no setor. O financiamento para energia, mineração e agricultura é majoritariamente privado, embora possa também ser financiado pelo BNDES ou outras instituições governamentais.

Existem experiências anteriores que podem servir de base para abordagens mais verdes e inclusivas em muitos destes setores. Na área de plantação florestal, por exemplo, a certificação FSC pode servir como referência, e a madeira produzida legalmente pode ser estimulada por compras governamentais no setor da construção. A Embrapa desenvolveu tecnologias agrícolas e florestais que podem ser usadas para orientar a expansão da produção rural de forma a conservar os serviços dos ecossistemas, tais como agricultura de baixo carbono e sistemas agroflorestais. Na Costa Rica, os setores de energia e água contribuem para um fundo que paga a manutenção de florestas, através de uma percentagem de impostos sobre os combustíveis e água. Os investimentos em energia e mineração estão sendo pressionados pela legislação ambiental para melhorar as práticas antigas de forma a reduzir os impactos ambientais e aumentar os benefícios sociais. Alguns dos caminhos para a economia verde para esses setores estão descritos na Tabela 3. Cada um deles precisa ser explorado em detalhes considerando a realidade do Amapá. A principal forma de avançar inicialmente será aplicando

⁴ O termo 'business as usual' se refere ao curso normal das atividades; assim, um cenário 'business as usual' corresponde a um cenário em que as coisas continuam como de costume.

Tabela 1. Políticas Setoriais e oportunidades para apoiar a transição para a economia verde no Amapá.

SETOR	AGENDA
Mineração	Licenças ambientais simplificadas e mais duradouras
	Estímulo à certificação independente da produção sustentável
	Fundo socioambiental para promover a economia verde localmente
	Programa de apoio aos prestadores de serviços locais para a indústria de mineração
Energia	Pagando pelo carbono: apoio à economia verde local por meio de compensação ambiental dos serviços prestados pelas florestas
	Incentivo a fontes alternativas de energia, como a solar, eólica e biomassa
	Fornecimento de energia a baixo custo para pequenas cidades e populações rurais
Transporte e logística	Apoio adicional para economias verdes locais ao longo das estradas, tais como sistemas agroflorestais e desmatamento evitado (REDD+)
	Compensação ambiental dos investimento em infra-estrutura, principalmente estradas, além das exigências da legislação ambiental
	Promoção do transporte aquaviário
Economias urbanas	Industrialização de produtos regionais
	Gestão de resíduos, incluindo atores informais
	Melhoria dos sistemas de gestão e uso da água
	Esverdeamento dos padrões da indústria da construção, materiais e energia
	Melhoria e promoção do transporte público
	Promoção da bicicleta como meio de transporte
	Fortalecimento das vendas e serviços locais, em coordenação com os gastos do governo
Melhoria do sistema de esgoto	
Pesca	Gerenciamento de estoques naturais (criação de reservas estuarinas, promoção de acordos de pesca, revisão dos períodos de defeso com base na ciência, monitoramento e controle das atividades de pesca)
	Estímulo à criação de peixes que atenda aos padrões de sustentabilidade
	Promoção do processamento de peixe (distritos industriais para a pesca, atração de novas indústrias)
	Estímulo à certificação independente da produção sustentável
Agricultura	Promoção e facilitação do acesso à inovação tecnológica
	Fortalecimento da extensão rural
	Promoção de maior valor para os produtos através do processamento
	Melhoria da logística e comercialização
	Estímulo às cooperativas
	Melhoria do acesso ao crédito
Florestas e Serviços Ambientais	Melhoria da gestão do açaí para garantir os benefícios econômicos, sociais e ambientais conjuntamente
	Promoção do manejo florestal, especialmente para a produção de madeira
	Melhoria da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil
	Estímulo às florestal plantada, através de sistemas agroflorestais e monocultura
	Promoção de mecanismos de pagamento por serviços ambientais, tais como REDD+

Tabela 2. Oportunidades de políticas inter-setoriais para a transição para economia verde

ÁREA	AGENDA
Conhecimento	Aumento do conhecimento sobre a disponibilidade de recursos e uso – estoques de capital natural, adições/ exclusões, fluxos, usos, usuários e impactos
Posse da terra	Promoção da regularização fundiária em parceria com o Governo Federal de modo a criar incentivos para o manejo sustentável de longo prazo
Comunicação	Divulgação de ideias sobre economia verde por meio de campanhas direcionadas, incluindo a catalogação de soluções comprovadamente rentáveis em diferentes setores
Gastos públicos	Revisão dos gastos do governo em busca de oportunidades para aumentar a eficiência no uso de água e energia, e redução dos riscos ambientais
	Compras Públicas Sustentáveis – aumento das compras de produtores locais sustentáveis
	Promoção da economia de energia e água, por exemplo, através de metas de redução e deslocando subsídios

as melhores práticas disponíveis para governos e iniciativa privada, tomando o cuidado de monitorar sua utilização para garantir a aprendizagem e melhoria contínuas. As melhores práticas disponíveis às vezes podem ser aquelas empregadas por estados vizinhos, como apresentamos na seção 6.

Embora existam alternativas tecnológicas disponíveis, é provável que um ambiente político de 'business as usual' não favoreça os agentes econômicos a adotá-las. É necessário um ambiente político 'verde

e inclusivo', com políticas públicas que incentivem o setor privado a adotar vias de economia verde. Atingir isso não será fácil: será necessário superar barreiras políticas que evitam mudanças. O diálogo e engajamento de lideranças de diversos setores é ao mesmo tempo um desafio e uma necessidade. A estratégia é desenvolver negociações setoriais entre as instituições governamentais e do setor privado de forma aberta e transparente – trabalhando para apoiar tendências positivas existentes e aprender com elas: economias verdes inclusivas são mais propensas a

Tabela 3. Caminhos para economia verde em setores com elevado dinamismo econômico.

SETOR	VIAS DE ECONOMIA VERDE
Infra-estrutura	Planejamento dos investimentos associados com a construção e pavimentação de estradas, de modo a reduzir o desmatamento e apoiar a produção agrícola e florestal sustentável pelas populações locais.
Mineração e Energia	Mudança no licenciamento ambiental para que as licenças sejam emitidas por períodos mais longos, com custos de transação mais baixos e com incentivos para que sistemas de certificação independentes sejam reconhecidos por agências governamentais
	Investimentos sociais e ambientais financiados por empresas de mineração e energia em escalas maiores do que feito atualmente, através de arranjos institucionais inovadores – como um fundo verde gerido por organizações não-governamentais
	Metas para empresas de mineração e de energia para aumentar as compras e contratos com fornecedores locais, de modo a aumentar a geração de emprego e renda no Amapá
Agricultura em grande escala e plantação florestal	Melhoria no quadro regulatório para a mudança do uso da terra com base no zoneamento ecológico, de forma aberta e transparente, com forte envolvimento da comunidade científica e da população local
	Implementação efetiva da nova legislação florestal, de modo a garantir a proteção adequada das reservas legais e áreas de proteção permanente

serem construídas através de uma evolução progressiva do que propondo algo completamente alheio à realidade local. No entanto, também é importante desafiar o setor privado quando necessário. Isto envolve o fortalecimento do papel da sociedade civil, que no Amapá tem pedido mais participação e transparência no processo de tomada de decisão de projetos de mineração e infra-estrutura. Empresas competentes que trabalham nestas áreas estão ansiosas para adquirir sua 'licença social' para operar. Como exemplo, há uma preocupação específica da sociedade civil de que os investimentos como a construção da linha de transmissão de energia de Tucuruí têm impactos negativos, como o aumento da prostituição e doenças como a malária.

4.3 Setores com médio a baixo dinamismo econômico, financiamento não seguro e baixos impactos sociais e ambientais

Setores como a agricultura familiar, a pesca, o turismo e extrativismo (de produtos madeireiros e não-madeireiros, como açaí e castanha-do-Brasil) são caracterizados por médio a baixo dinamismo econômico, financiamento não garantido e baixos impactos sociais e ambientais. Eles incluem diversas atividades tradicionais e tendem a ter menos interesses atuando contra a sustentabilidade ambiental; por outro lado, também não despertam interesse suficiente para estimular a melhoria da gestão de ativos ambientais e agregação de valor. Aqui, o desafio é estimular o setor por meio de atividade econômica verde que aumente o valor a longo prazo dos recursos naturais – abordando os fatores limitantes que impedem uma maior atividade econômica, o aumento da produtividade, a criação de emprego e a conservação ambiental. Isso pode ser feito usando métodos participativos e processos de negociação envolvendo múltiplas partes interessadas.

Este setor está sendo apoiado por políticas estatais específicas para florestas naturais (Pro-Extrativismo), pesca (PROPESCA), agricultura familiar (PROTAF) e pecuária (PROPECUÁRIA). Estes programas são financiados por 3% do imposto sobre as vendas do estado e apoiam a adoção de boas práticas de gestão e destinam-se a aumentar a geração de renda. O Programa Pro-Extrativismo é considerado um pagamento por serviços ambientais e será descrito em detalhe na seção 5 deste artigo.

Um exemplo interessante de aumento no dinamismo econômico nesses setores vem da empresa Sambazon. A Sambazon (Açaí do Amapá Agro-Industrial Ltda) exporta cerca de 11.000 toneladas de açaí do Pará e do Amapá a cada ano para os Estados Unidos. No Amapá, a empresa informa que tem parceria com cerca de 10.000 agricultores ou extrativistas de açaí, e sua indústria de processamento em Santana emprega 80 pessoas. A estratégia de marketing da empresa se baseia nos benefícios nutricionais da fruta e na conservação da Amazônia, com qualidade garantida pela certificação da produção orgânica e práticas de comércio justo. Assim, os produtos da empresa têm garantido espaço na parcela do mercado americano preocupada com a saúde e com questões ambientais, tornando-se uma das empresas que mais cresce nos Estados Unidos. A empresa vende sucos, vitaminas e polpas de açaí em lojas de todo o país. Em 2003, a empresa fundou a Parceria Amazônia Sustentável como parte de seu modelo de negócio baseado na conservação através de mecanismos de mercado. O objetivo é combinar a iniciativa privada com parceiros locais em busca de manejo florestal, criação de empregos, melhoria dos padrões de vida e de oportunidades de educação para a população local (Sambazon, 2012).

A Sambazon não é o único exemplo: estes setores têm outras experiências de economia verde na qual se basear. O IEPA, Embrapa e UNIFAP desenvolveram tecnologias florestais e agro-florestais que podem ser usadas para orientar a expansão e diversificação da produção rural, tais como mandioca, feijão e milho. A adoção dessas tecnologias tem sido limitada até hoje, como resultado da falta de extensão rural forte e bem equipada, estradas em más condições para permitir a comercialização da produção e o alto nível de endividamento dos produtores, associações e cooperativas, que bloqueia seu acesso a crédito e a outras políticas públicas. Outro fator limitante é o baixo nível de educação da população rural: a grande maioria não concluiu a educação básica e jovens estão deixando as áreas rurais. Instituições como o IEF tem aumentado bastante a disponibilidade de novas tecnologias, mas há uma necessidade de melhorar a extensão agrícola e florestal.

A posse da terra e o acesso a crédito apresentam desafios adicionais. Regularizar a posse da terra é essencial para incentivar a produção de madeira legal, mas muitos produtores pobres não têm título de terra. O acesso a crédito é também frequentemente limitado pela falta de documentação e baixa qualidade de assistência técnica. Existe portanto a necessidade de fortalecer as instituições que prestam esses serviços. Um projeto recente de US\$25 milhões do Fundo Amazônia/ BNDES representa uma grande oportunidade para aumentar a assistência técnica e superar barreiras para a economia verde nestes setores.

4.4 Setor da economia baseada no Governo

A população do Amapá é majoritariamente urbana, como a base de sua economia. Dada a importância da administração do governo e programas sociais para a economia do estado, a adoção de práticas verdes por instituições governamentais pode ser um componente-chave para uma ampla política de economia verde no Amapá. São poucos os exemplos existentes até o momento, mas práticas potenciais podem incluir:

- (i) Compras governamentais que favoreçam bens e serviços locais produzidos de forma sustentável
- (ii) Melhoria na gestão de instituições do governo

Compras governamentais melhoradas podem ter impactos significativos sobre a pobreza, uma vez que podem favorecer a agricultura familiar, os produtos florestais não-madeireiros de populações extrativistas e o pescado de comunidades locais. O Estado do Amazonas introduziu uma série dessas políticas com resultados positivos, como a eliminação de impostos sobre produtos florestais não-madeireiros, a simplificação da legislação ambiental para a produção de madeira em pequena escala, o investimento em plantas de processamento de frutas silvestres, extensão florestal e pagamento por serviços ambientais por meio do Programa Bolsa Floresta (Viana 2010). Outras oportunidades potenciais para a contratação pública sustentável podem incluir iniciativas de base urbana, como por exemplo parcerias com pequenas empresas e grupos comunitários de reciclagem de resíduos.

A melhoria da gestão de instituições governamentais pode reduzir o consumo de energia, água e outros recursos, bem como gerar economia de gastos. A gestão das instituições do governo também deve se concentrar na formação de pessoal em questões de economia verde - auxiliando-os a fazer análises informadas sobre temas sociais, ambientais e econômicos, fazendo escolhas ganha-ganha sempre que possível. Os funcionários também devem ser incentivados a pensar e agir desta forma, em vez de permanecer 'ilhados' dentro de seus limites burocráticos ou profissionais. Tais atividades podem resultar em impactos significativos a longo prazo sobre a qualidade da tomada de decisão.

Tendo em conta que as atividades governamentais são responsáveis por cerca de metade da economia, o investimento na melhoria da gestão das instituições

governamentais e seu desempenho é de importância estratégica. Este é um foco do atual governo. O Governo do Amapá contratou a Fundação Getúlio Vargas para propor uma grande reestruturação das agências e programas governamentais. Um desafio é o de garantir um compromisso de longo prazo para essas mudanças, uma vez que haverá eleições para governador em 2014. Outro desafio é ir além da reforma institucional e implementar mudanças na gestão. Esses tipos de mudança, junto com a capacitação dos órgãos governamentais, são essenciais para a promoção de políticas de compra verdes e reorientação na gestão. No entanto, barreiras políticas para essas mudanças políticas não serão fáceis de superar.

4.5 Serviços ambientais

A prestação de serviços ambientais é uma área de grande potencial para a agenda da economia verde do Amapá, mas que só começou a se desenvolver recentemente. Especificamente no serviço de armazenamento de carbono, existem iniciativas do setor privado (Jarí Florestal), com validação do projeto de REDD+ pelo Verified Carbon Standard (VCS). O IEF, juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Embrapa, realizaram um inventário de carbono da floresta que fornece uma base científica importante para as políticas de REDD+⁵. No entanto, o Governo Federal ainda não decidiu sobre a forma de compartilhar os direitos de carbono com os estados da Amazônia. A proposta apresentada pelo estados da Amazônia sugere que o Governo Federal mantenha 20% e 80% seja transferido para os estados, que teriam maior responsabilidade na implementação de políticas de redução do desmatamento e degradação. A proposta também usa uma fórmula "estoque e fluxo" de carbono, com 50% de peso para cada componente. Caso esta seja formalizada, o Amapá terá direito a 300 milhões de toneladas de CO₂e⁶.

Além de receitas de REDD+, o pagamento por iniciativas de serviços ambientais poderia ser desenvolvido para outros serviços, especificamente a biodiversidade e serviços culturais. O desafio é garantir que eles sejam inclusivos e rentáveis. O setor com alto dinamismo econômico, financiamento garantido e impactos sociais e ambientais elevados é um alvo natural. Dentro deste setor, projetos de mineração e energia deveriam ser priorizados: eles poderiam ajudar no desenvolvimento de fundos verdes; e eles têm potencial para fazer parcerias justas e iniciativas em conjunto com as comunidades.

⁵ Uma análise inicial da biomassa contida nas florestas do Amapá foi publicada para a Rio+20 e o IEF tem planejado publicar uma segunda edição em 2014 com dados atualizados: <http://www.ief.ap.gov.br/>

⁶ <http://www.gcftaskforce-database.org/StateOverview/Amap%C3%A1>

O Programa Pro-Extratativismo – uma opção pioneira

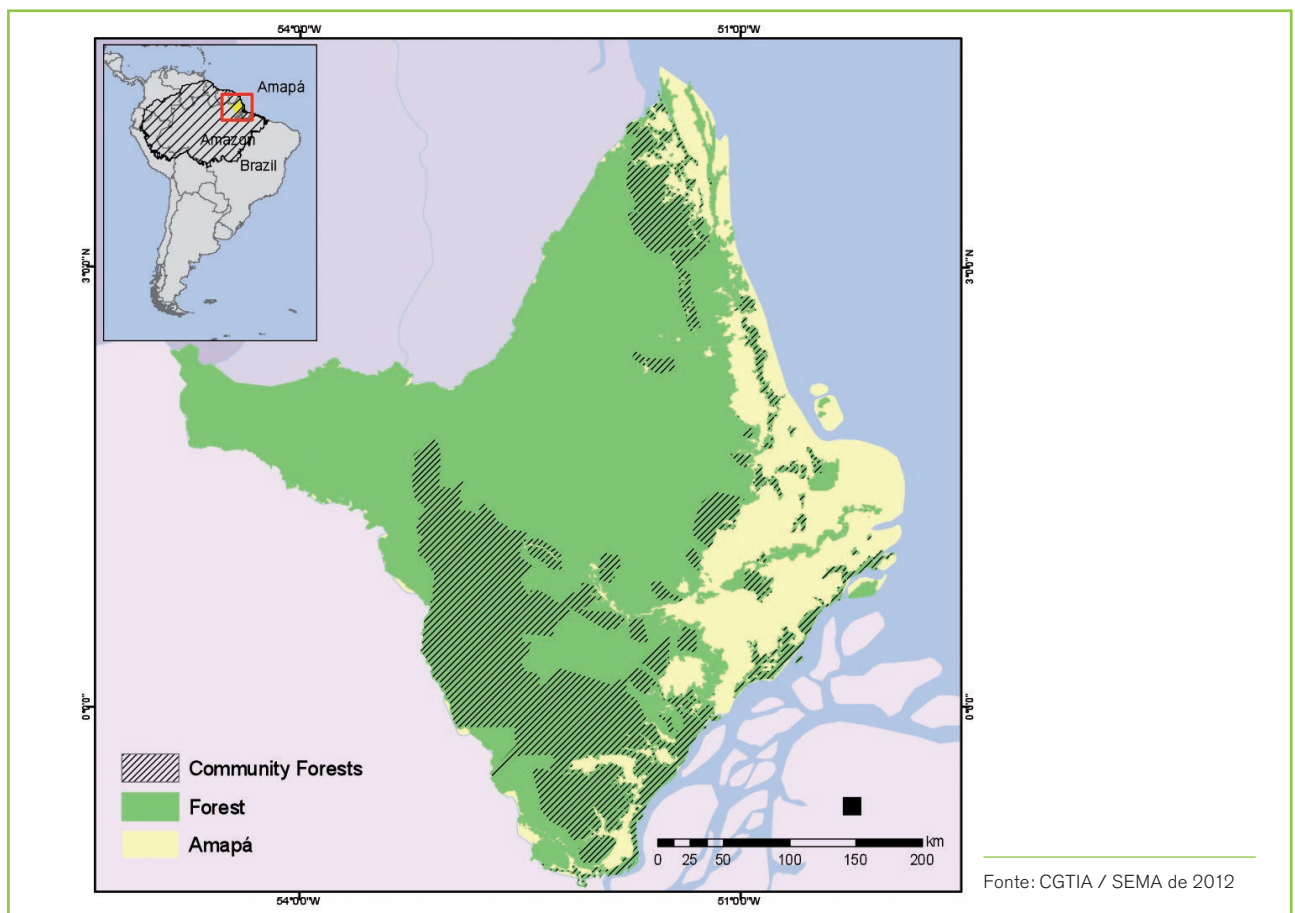
5

O Programa Pro-Extrativismo (PPE), lançado em setembro de 2012⁷, foi escolhido pelo Governo do Estado como o primeiro programa para implementar a economia verde no Amapá. A escolha baseou-se nas características sociais, ambientais e econômicas do setor florestal. Este é um setor com baixa renda e alta pobreza, combinado com um potencial de produzir benefícios ambientais significativos se as florestas forem bem manejadas. Além disso, existem boas perspectivas econômicas para a população local, uma vez que a demanda por açaí, cipó titica, castanha-do-Brasil e madeira produzida de forma sustentável está aumentando. O objetivo do PPE é apoiar o uso sustentável dos recursos florestais, como parte de uma estratégia de promoção da conservação de florestas e redução da pobreza. O PPE tem foco em quatro produtos florestais indígenas, todos com potencial para aumentar o dinamismo e atrair investimentos para o setor florestal:

1. **Açaí – *Euterpe oleraceae*** (alimento). O açaí ocorre principalmente em florestas de várzea. A produção total de açaí em 2012 foi 1.893 toneladas, a maioria processada e consumida dentro Amapá.
2. **Castanha-do-Brasil – *Bertholetia excelsa*** (alimento). A Castanha-do-Brasil ocorre em uma área de 2 milhões de hectares, principalmente na parte sul do Amapá. A produção é principalmente para fora do estado. A cadeia produtiva da Castanha-do-Brasil subvaloriza os produtores, que tendem a receber preços baixos.
3. **Cipó titica – *Heteropsis spp.*** (móveis e artesanato). Cipó titica é um tipo de cipó que ocorre em todo o estado.
4. **Madeira** (várias espécies e usos). A maioria (70–90%) da madeira comercializada no Amapá é ilegal e produzida de forma insustentável (SFB & Imazon, 2010). A maior parte da madeira legal vem de pequenas áreas manejadas por empresas madeireiras, com base em contratos com pequenos agricultores.

As florestas comunitárias são responsáveis por 31% da cobertura florestal total do estado (figura 6). Mas as pessoas que vivem nessas áreas têm um índice de desenvolvimento humano significativamente menor do que a média do estado, e a maioria das famílias

Figura 6. Florestas comunitárias no Amapá.



⁷ http://www.ief.ap.gov.br/conteudo/lista_documentos/21

participa de programas de transferência de renda federal e estadual. Uma estratégia para superar essa dependência de transferências do Estado é promover o empreendedorismo através de incentivos para a produção sustentável.

O PIB de produtos florestais não-madeireiros do Amapá foi de R\$204 milhões em 2009, representando cerca de 3,07% da economia do estado (Carvalho, 2010). A diferença nos números é provavelmente devido a diferentes métodos de coleta de dados e reflete um desafio mais geral de ter dados mais precisos sobre produtos florestais não-madeireiros, uma vez que seu comércio é majoritariamente feito na economia informal.

A estratégia do PPE é de promover melhores práticas de manejo florestal através de diversos investimentos ao longo dos diferentes estágios das cadeias produtivas de produtos florestais com o objetivo de melhorar o retorno aos produtores e melhorar o desempenho ambiental da produção.

O PPE é liderado pelo IEF em parceria com diversas instituições governamentais. As responsabilidades são distribuídas como descrito abaixo:

1. Planejamento e coordenação – IEF e Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)
2. Assistência técnica aos produtores florestais – IEF e Instituto de Desenvolvimento Rural (RURAP)
3. Regularização fundiária – Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP)
4. Apoio financeiro para produtores por empréstimos e doações – Agência de Fomento do Amapá (AFAP) e 25% do Fundo de Desenvolvimento Rural (FRAP), gerido pela SDR (que deriva de 2% do ICMS do Estado).
5. Licenciamento ambiental – Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP)
6. Formação, educação técnica e pesquisa – Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETCE), IEPA e Embrapa.

Os investimentos do PPE são flexíveis, variando de acordo com as necessidades dos produtores rurais e as características dos produtos florestais, e incluem as seguintes categorias:

1. Assistência técnica e formação (incluindo planos de manejo florestal para produção de madeira)
2. Equipamentos e suprimentos, incluindo equipamentos de segurança
3. Tratamentos silviculturais – como desbaste
4. Logística e transporte – como tratores.

O PPE é um tipo não-convencional de pagamentos por serviços ambientais (PSA) em que produtores florestais recebem doações e empréstimos para investir na implementação de práticas sustentáveis de manejo florestal, bem como outros tipos de assistência. O objetivo é viabilizar o aumento da produtividade e o acesso a mercados em condições mais favoráveis, e ao mesmo tempo assegurar a continuidade na provisão de serviços ambientais. A lógica é que as práticas de colheita pouco sustentáveis atualmente praticadas no setor estão reduzindo os serviços ambientais prestados pelas florestas. Com investimento em melhores práticas de manejo, as florestas irão fornecer mais serviços ambientais e ser mais produtivas do que seriam se as práticas atuais persistissem. A colheita de produtos florestais geralmente envolve alguma perda de serviços ecossistêmicos quando comparada com a floresta natural intocada; um extremo é quando os recursos florestais se tornam tão degradados que ocorre a completa conversão para outro uso. Mas, como ilustrado na Figura 7, o PPE tem como objetivo oferecer incentivos para mudar as trajetórias de gestão e uso da terra associados a cada produto da floresta para que a perda de serviços ecossistêmicos seja consideravelmente menor do que sob 'business as usual'. Doações e empréstimos a juros baixos recebidos pelos produtores florestais para melhorar suas práticas de gestão podem, assim, ser descritos como um tipo de pagamento por serviços ambientais.

Um dos principais exemplos almejados pelo PPE é o manejo florestal para a produção de açaí. A fim de aumentar a produção, as florestas nativas são geralmente desbastadas para dar mais luz para as árvores jovens. Essas práticas 'business as usual' de gestão muitas vezes são feitas de forma descuidada e resultam na redução excessiva da diversidade e abundância das árvores. Isso provoca a perda de biodiversidade. Florestas bem manejadas, por outro lado, podem combinar desbaste limitado para aumentar a produtividade com a manutenção da diversidade de árvores. A intensidade do desbaste tem sido estudado pela Embrapa e por outras instituições de pesquisa. As práticas de manejo melhoradas propostas pelo PPE e os benefícios ambientais associados são apresentados na Tabela 5 para todo o conjunto de produtos abordados pelo PPE.

No PPE, é exigido que cada família participante assine um compromisso de adotar as boas práticas de manejo florestal apresentadas na Tabela 4, cumprir com a legislação ambiental e fornecer dados de produção para efeitos de monitoramento. Até o momento, 1.200 participantes foram registrados no PPE, e a primeira parcela do pagamento foi feita a 350 produtores para o manejo de açaí e 13 produtores de madeira, como parte de um projeto piloto. Em 2014, está prevista a

Figura 7

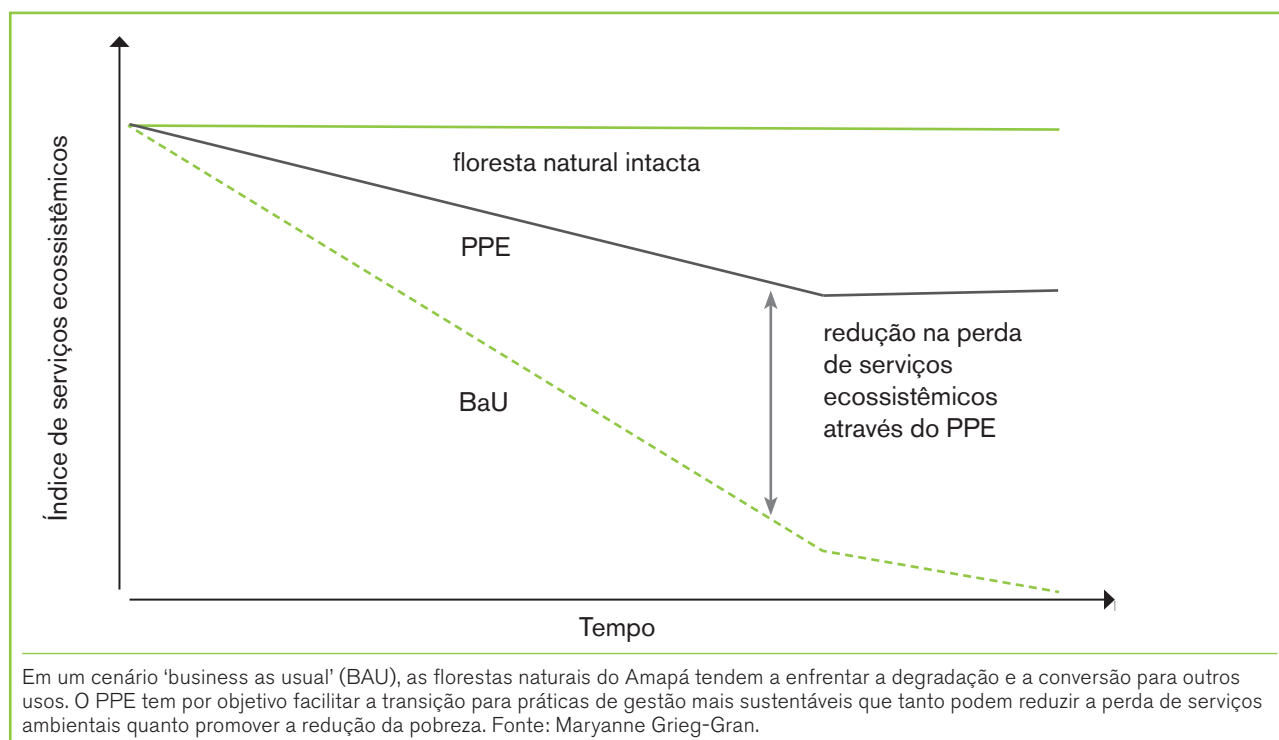


Tabela 4. Práticas BAU e benefícios ambientais esperados do PPE.

PRODUTO	BAU	BENEFÍCIOS AMBIENTAIS ESPERADOS DO PPE
Açaí	Práticas de colheita e desbaste sem controle, baixa produtividade, pequena produção	Redução da degradação florestal por meio de melhores práticas de colheita e desbaste Aumento de receita familiar, melhoria na governança florestal
Castanha-do-Brasil	Uso de fogo como parte da prática de colheita Perda da castanha decorrente de armazenamento e transporte inadequados Sistema de comércio de semi-esclavidão	Diminuição da degradação da floresta através da redução no uso do fogo Preço melhor, aumento da receita familiar, melhoria na governança florestal
Cipó titica	Colheita insustentável que mata a vegetação Colheita ilegal	Degradação florestal reduzida através de boas práticas de manejo Preço melhor, aumento da receita familiar, melhoria na governança florestal
Madeira	Exploração madeireira sem controle e ilegal por usuários e proprietários florestais	Degradação florestal reduzida através de boas práticas de manejo florestal e melhores preços para a madeira legal Preço melhor, aumento da receita familiar, melhoria na governança florestal
Todos	Conversão de florestas em usos agrícolas	Redução do desmatamento Conservação da biodiversidade e de bacias hidrográficas Inclusão Social

Tabela 5. Investimentos do PPE

PRODUTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS PARTICIPANTES	INVESTIMENTO POR FAMÍLIA (R\$)	INVESTIMENTO TOTAL (R\$)	ÁREA FLORESTAL (HA)
Açaí	1.200	1.500,00	1.950.000,00	6000
Castanha-do-Brasil	500	1.500,00	750.000,00	15.000
Cipó titica	200	1.000,00	200.000,00	2000
Madeira	100	3.500,00	350.000,00	5000
TOTAL	2000	-	R\$3.250.000,00	28.000 ha

incorporação de 200 produtores de castanha e 50 produtores de madeira. O IEF está implementando um programa de monitoramento para acompanhar os benefícios para os participantes do programa.

O nível de pagamento baseia-se no orçamento necessário para implementar boas práticas de manejo florestal (Tabela 5) em lugar de abordagens comumente usadas em outros esquemas de PSA, como estimativas de custo de oportunidade para usos alternativos da terra, ou estimativa e valoração dos serviços ecossistêmicos prestados. O benefício para os produtores não é a partir do pagamento direto, uma

vez que o investimento é feito no sistema de manejo florestal, mas a partir da consequente melhoria da produtividade e/ou preços. Segundo a Embrapa, a produtividade do açaí quando bem manejado pode ser até quatro vezes maior do que em florestas mal manejadas. Participantes do PPE também ganham a oportunidade de receber preços melhores para seus produtos através do acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) no caso da castanha-do-Brasil e um mercado para produtos legais no caso do cipó titica.

Tabela 6. Impacto econômico dos investimentos do PPE.

PRODUTO	FAMÍLIAS	ÁREA POR FAMÍLIA (HA)	PRODUTIVIDADE	PRODUÇÃO TOTAL POR FAMÍLIA	VALOR POR UNIDADE (R\$)	RECEITA TOTAL FAMILIAR ANUAL
Castanha-do-Brasil	500	30	3,3 hl/ha	100 hl	50–100	5.000–10.000
Açaí	1200	5	80 sacos / ha	400 sacos	50–100	20.000–40.000
Titica	200	10	200 kg/ ha	2.000 kg	4–8	8.000–16.000
Madeira	100	50	15 m ³ / ha	750 m ³	30–70	22.500–52.500

Nesse sentido, o PPE não é um esquema de PSA convencional, apesar de apresentar semelhanças com esquemas com foco em plantio de árvore para o sequestro de carbono. Como exemplo, no componente de reflorestamento do esquema nacional de PSA na Costa Rica, os pagamentos cobrem uma parte dos custos de plantio e estabelecimento, e os benefícios para os proprietários de terras são provenientes da venda de madeira colhida madura, mais tarde (Porrás *et al.*, 2013).

A receita bruta esperada do PPE por proprietários florestais varia entre R\$5.000 e R\$52.000 por família por ano (Tabela 6). Isso dá alguma indicação sobre os potenciais benefícios para os participantes do PPE. No entanto, uma estimativa mais precisa dos benefícios exigiria estimar as receitas líquidas dos custos de produção (os custos são mais elevados para a produção de madeira do que para produtos florestais não-madeireiros). Também seria importante compará-los com a receita líquida sob práticas de gestão tradicionais. Mais estudos técnicos são necessários para estimar os benefícios financeiros líquidos recebidos pelos proprietários florestais como resultado dos investimentos do PPE, bem como para avaliar os benefícios menos tangíveis associados, tais como melhorias na capacidade e condições de trabalho.

Os princípios e as premissas por trás do esquema de 'PSA' do PPE parecem corretos, mas uma abordagem científica terá de ser trazida para o programa, proporcionando aprendizagem, monitoramento e ajustes, bem como a avaliação da extensão da melhoria

dos serviços dos ecossistemas obtidos pelo programa. Isso exigiria uma quantificação do cenário 'business as usual' e da perda dos serviços ecossistêmicos de interesse, como estoques de carbono e biodiversidade, e a melhoria relativa que pode ser esperada com o PPE. Isso esclareceria a extensão da adicionalidade em relação aos sistemas de produção habituais. Para realizar tal análise, será necessário fazer uma distinção clara entre a gestão tradicional, os sistemas de manejo intensivo e sistemas de manejo de baixo impacto.

O PPE apresenta pontos fortes e fracos quando analisados a partir de uma perspectiva de economia verde (Tabela 7). Por um lado, ele promove a inclusão de uma população marginalizada, aumenta a resiliência social e ambiental, e tem a perspectiva de atingir metas importantes de conservação. Por outro lado, o sucesso do programa depende muito de extensão florestal de boa qualidade que possa chegar a produtores florestais e mudar seu comportamento, bem como de acompanhamento científico para avaliar as mudanças ambientais resultantes. Uma análise de custo-benefício é portanto recomendada para avaliar os impactos do PPE, incluindo os ganhos econômicos líquidos para os produtores, outros impactos sociais e impactos ambientais de florestas manejadas em comparação com 'business as usual'.

A compreensão, sensibilização e acesso ao sistema PPE são também importantes para que ele realize seu potencial de alavancar a economia verde local por meio de pequenos negócios.

Tabela 7. Análise do PPE desde a perspectiva da economia verde (EV)

CRITÉRIO EV	POTENCIAIS DO PPE E IMPACTOS POSITIVOS	FRAQUEZAS DO PPE E IMPACTOS NEGATIVOS	NECESSIDADES DE PESQUISA
Aumentar a produtividade dos recursos naturais	Florestas manejadas têm maior produtividade que aquelas mal manejadas	Dependente de extensão florestal de boa qualidade	Documentar a produtividade em florestas manejadas em relação às florestas mal manejadas Documentar indicadores de extensão florestal
Reduzir as mudanças climáticas	Florestas manejadas podem ter mais estoques de carbono do que aquelas mal manejadas	Dependente de extensão florestal de boa qualidade Monitoramento é um desafio estratégico	Documentar os estoques finais de carbono em florestas manejadas em relação às florestas mal manejadas
Reduzir o desmatamento	Florestas manejadas são mais sustentáveis do que as florestas mal manejadas, minimizando a decisão de desmatar	Rentabilidade dos outros usos da terra (como grãos) podem influenciar a decisão individual sobre uso da terra	Monitorar mudanças na cobertura da terra e vetores do desmatamento

CRITÉRIO EV	POTENCIAIS DO PPE E IMPACTOS POSITIVOS	FRAQUEZAS DO PPE E IMPACTOS NEGATIVOS	NECESSIDADES DE PESQUISA
Garantir provisão de serviços ecossistêmicos e biodiversidade	Florestas manejadas têm mais biodiversidade do que florestas mal manejadas	Dependente de extensão florestal de boa qualidade Tema muito novo para os produtores florestais	Documentar diversidade final de árvores em florestas manejadas em relação às florestas mal manejadas Documentar indicadores de extensão florestal
Construir resiliência de ecossistemas às mudanças prejudiciais	Florestas manejadas são mais resistentes do que mal manejadas	Dependente de extensão florestal de boa qualidade	Documentar resiliência de florestas manejadas em relação às florestas mal manejadas Documentar indicadores de extensão florestal
Criar resiliência social às mudanças prejudiciais	PPE assegura rentabilidade do extrativismo através de subsídios	Dependente de financiamento e apoio do governo	Documentar diversidade de atividades domésticas e dependência do PPE
Melhorar a equidade e a inclusão	PPE tem como foco financiar grupos sociais pobres	Florestas manejadas podem ser menos economicamente atraentes do que florestas mal manejadas para grupos mais pobres para alguns produtos em algumas circunstâncias	Documentar perfil social dos beneficiários do PPE em relação à população total de extrativistas. Avaliar a rentabilidade das florestas manejadas em relação às não manejadas para produtos florestais específicos
Aumentar a renda	Florestas manejadas proporcionam maior renda no longo prazo que as florestas mal manejadas	Florestas manejadas podem ser menos atraente economicamente que as florestas mal manejadas para alguns produtos, em algumas circunstâncias	Documentar o lucro líquido em florestas manejadas em relação às florestas mal manejadas
Multiplicador do crescimento econômico	Florestas manejadas aumentam a produção e incentivam o investimento ao longo da cadeia produtiva de produtos florestais no Amapá	Florestas manejadas podem ser menos atraente economicamente do que as florestas mal manejadas para alguns produtos, em algumas circunstâncias	Documentar o lucro líquido em florestas manejadas em relação às florestas mal manejadas Documentar o investimento ao longo da cadeia produtiva

Reflexões sobre a experiência do Estado do Amazonas para informar a Estratégia de Economia Verde do Amapá

6

O Estado do Amazonas tem agora vários anos de experiência na implementação de uma série de políticas inovadoras como parte de seu programa de desenvolvimento sustentável, o *Zona Franca Verde* (Viana, 2010). Para conhecer algumas dessas iniciativas na prática, o Governador do Amapá, Capiberibe, fez uma visita de três dias ao Amazonas com os dirigentes de várias instituições do estado⁸:

- IEF
- Secretaria de Desenvolvimento Rural
- Instituto do Meio Ambiente e Zoneamento (IMAP)
- Agência de Fomento (AFAP)
- Secretaria do Meio Ambiente
- Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT)

Além disso, o presidente do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) participou a convite de Virgílio Viana.

A visita do governador foi extremamente bem sucedida. O próprio governador conduziu as discussões com as organizações que o receberam, e o formato permitiu que membros do governo do Amazonas entrassem em detalhes sobre suas ideias e pontos de vista. O processo de explorar a longa experiência prática das instituições do Amazonas esclareceu diversas dúvidas; o fato de o próprio Prof. Viana ter liderado a implementação da Zona Franca Verde durante vários anos após 2003 conferiu credibilidade considerável. As lições aprendidas com o Programa Bolsa Floresta em especial serviram como uma importante referência para a estratégia do PPE.

ZONA FRANCA VERDE

O Programa Zona Franca Verde (ZFV) foi criado no Estado do Amazonas em 2003. O Programa foi concebido como um conjunto de políticas inter-setoriais destinadas a promover o desenvolvimento sustentável, criando um ambiente propício para a construção de políticas de economia verde. O nome dado a esta política tentou traduzir o conceito de sustentabilidade em termos simples para a população amazônica: no Amazonas, a 'zona franca' é percebida como uma área que acelera o desenvolvimento econômico e cria empregos, além de estar associada aos incentivos fiscais do complexo industrial de Manaus. 'Verde' é facilmente associado com recursos naturais: florestas, rios e lagos. Assim, 'Zona Franca Verde' significa, para o público (se não para os economistas), um programa de desenvolvimento econômico e criação de empregos a partir do manejo e proteção de ecossistemas naturais. Esta simples mensagem era um componente essencial da estratégia para ganhar apoio para a mudança política.

O desafio para empresas e indivíduos, bem como para o governo, pode ser resumido pela mensagem-chave do Programa ZFV: "as florestas valem mais em pé do que derrubadas". Embora simples, esta mensagem representa uma grande mudança no paradigma de desenvolvimento. Políticas de

desenvolvimento convencionais na Amazônia tem sido guiadas pelo objetivo de estimular a atividade econômica através do desmatamento para a expansão da fronteira agrícola. Políticas para o desenvolvimento sustentável, por sua vez, têm como objetivo reduzir o desmatamento, criando um interesse econômico nas florestas manejadas e protegidas. Esse novo paradigma impõe a necessidade de rever todas as políticas setoriais e inter-setoriais, de modo a alterar os vetores da dinâmica de uso da terra e desmatamento.

As políticas para o desenvolvimento sustentável do ZFV visam promover (i) justiça social e resolução de conflitos, (ii) crescimento econômico sustentável, (iii) conservação ambiental, (iv) direitos de posse da terra para os pobres e para a iniciativa privada, e (v) uso sustentável dos recursos naturais. Estes objetivos políticos contrastam fortemente com os resultados observados nas políticas de desenvolvimento convencionais, que geralmente resultam em (i) má distribuição de renda, injustiça e conflitos sobre o uso dos recursos, (ii) dinâmica econômica baseada em ciclos ligados ao uso excessivo e esgotamento de recursos, (iii) degradação ambiental associada ao desmatamento, perda de biodiversidade e erosão do solo e (iv) uso predatório dos recursos naturais.

⁸ A equipe do Amapá visitou as seguintes instituições no Amazonas: Agência de Fomento do Amazonas (AFEAM), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

PROGRAMA-BOLSA FLORESTA

O Programa Bolsa Floresta (BF) foi implementado pelo Estado do Amazonas em 2007. O objetivo é premiar famílias de populações tradicionais que firmaram um compromisso de zerar o desmatamento de florestas primárias. Compromissos adicionais incluem ter todas as crianças frequentando escolas e o uso de aceiros em áreas de rotação de cultivo. Isso tem provado ser um incentivo positivo para a conservação da floresta. O Programa Bolsa Floresta foi a primeira iniciativa brasileira de REDD+ a receber uma auditoria internacional baseada nos critérios da certificadora Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB). O Programa Bolsa Floresta é uma recompensa às populações tradicionais e indígenas pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais. A mensagem simples é “faça um compromisso para o desmatamento zero e você receberá os benefícios do Programa Bolsa Floresta”. Há quatro componentes do Programa BF, com benefícios associados:

1. Bolsa Floresta – Ingresso. Este é um investimento em atividades de geração de renda baseadas na produção sustentável da floresta, pesca, turismo, permacultura e sistemas agroflorestais. Em termos simples, qualquer atividade que gera renda, é legal e não produz fumaça, ou seja, não envolve a queima da floresta. Média de R\$140 mil por reserva por ano.
2. Bolsa Floresta – Social. Este é um investimento que visa melhorar a qualidade de vida das comunidades, com foco em educação, saúde, comunicação e transporte. Média de R\$140 mil por reserva por ano.
3. Bolsa Floresta – Família. Esta é uma recompensa mensal de R\$50 pago em dinheiro às mães de famílias que vivem em áreas protegidas, por seu compromisso com o desmatamento zero, a educação das crianças e a prevenção de incêndios florestais.
4. Bolsa Floresta – Associação. Dá apoio a organizações de base local para aumentar o controle social do programa. Associações de moradores de Áreas Protegidas recebem apoio para fortalecer sua organização. O foco é apoio com escritório (internet, painel solar, computador), transporte (barcos de alta velocidade) e logística (combustível e alimentos). Média de R\$12 mil por reserva por ano.

6.1 As lições aprendidas com o Amazonas

Um dos objetivos da colaboração entre o IIED e o Governo do Estado do Amapá tem sido criar espaço para a troca de experiências entre o Estado do Amazonas e o Estado do Amapá. A partir de 2003, o Estado do Amazonas iniciou uma mudança de paradigma, objetivando valorizar a floresta em pé (reduzindo, assim, o desmatamento). Uma das principais estratégias do programa é premiar aqueles que mantêm as florestas em pé (Viana, 2010). Esta seção apresenta algumas das políticas desenvolvidas pelo estado do Amazonas que podem orientar a formulação de políticas do Governo do Amapá.

A existência de uma zona de livre comércio em Manaus diferencia o Amazonas de outros estados, ao permitir que uma única cidade seja capaz de gerar uma renda considerável (Manaus responde por quase 80% do PIB do estado) que pode ser redistribuída para o interior menos dinâmico do estado. Contudo, a zona franca em

si não criou incentivos positivos para a conservação do meio ambiente até a criação da ZFV. O Programa Bolsa Floresta é um dos principais esquemas de incentivo que foi desenvolvido posteriormente.

Há outras lições que podem ser transferidas para o Amapá, embora o Bolsa Floresta talvez seja a mais significativa para o PPE. Por exemplo, como discutido na seção 4, os gastos do governo podem ter impactos significativos. No Amazonas, as escolas públicas gastam mais de R\$70 milhões por ano em refeições e lanches de fornecedores locais, e mais de R\$10 milhões por ano em móveis de fornecedores locais. Tais políticas, se incluírem os critérios corretos de compras sustentáveis e forem informadas aos produtores e compradores, podem promover a produção sustentável e incentivar o empreendedorismo a nível local. O Amapá pode beneficiar da adoção de políticas semelhantes.

Áreas com potencial para futuras iniciativas



Os trabalhos iniciais que descrevemos acima deram início à exploração dos potenciais de promoção de uma economia inclusiva no estado Amapá, visando melhorar a distribuição dos recursos naturais de modo a atender às necessidades das pessoas de forma justa, dentro dos limites ecológicos. O programa de economia verde do Amapá deve orientar a elaboração de políticas em todos os setores, promovendo a geração de emprego e renda através de atividades econômicas apropriadas aos locais e que incluam a conservação do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais no nível estadual.

Na Seção 4 deste relatório, foram identificadas diversas oportunidades políticas como tendo potencial para apoiar uma economia verde no Amapá. É improvável que todas elas possam ser implementadas ao mesmo tempo. Por essa razão, sugerimos alguns critérios para identificar as áreas com maior potencial de impactos econômicos, sociais e ambientais. Os critérios foram discutidos no Seminário sobre Economia Verde em março de 2012:

- Impacto na criação de emprego
- Impacto sobre a inclusão de pobres / populações marginalizadas
- Intensidade do impacto ambiental e potencial de mudança
- Disponibilidade de recursos e tecnologias necessárias
- Mercados de produtos verdes existentes ou alcançáveis
- Necessidade de novas infra-estruturas
- Existência de lideranças motivadas

Nessa perspectiva, na sequência do seminário foram feitas algumas avaliações que afunilaram essas áreas que oferecem boas perspectivas para a economia verde do Amapá. Para cada uma, sugerimos questões-chave que agora devem orientar sua exploração:

7.1 Mineração

Este é um setor importante para o Estado, com impactos ambientais potencialmente significativos e relevância para a criação de empregos. A infra-estrutura está sendo desenvolvida para atender a demanda, e grandes investimentos estão sendo feitos. Em face a essas realidades, deve ser aproveitado o fato de que existem tecnologias para diminuir os danos ambientais e promover benefícios sociais.

- O IIED revisou recentemente 10 anos de progresso e as lacunas restantes, seguindo a iniciativa global Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável (ver <http://pubs.iied.org/16041IIED.html>). A partir

disso, como pode o Amapá se posicionar na vanguarda dos estados com mineração responsável?

Dado o alto potencial de receita do setor de mineração, pode-se esperar que ele influencie outros setores a perceberem o potencial das economias verdes locais.

- Quais são as melhores práticas de gestão que poderiam ser usadas por empresas de mineração para reduzir seus impactos ambientais e melhorar os benefícios sociais para comunidades locais?
- Como poderiam as atividades de mineração gerar recursos para investir em alternativas de desenvolvimento verde, como PPE?

A tensão entre mineração, agricultura e conservação de florestas na Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) aponta para a necessidade de melhorar o diálogo entre empresas de mineração, agricultura e instituições ambientais por parte do governo do Amapá, assim como de organizações não-governamentais.

- Que tipo de governança é necessária para envolver atores que atualmente se opõem a políticas de conservação, e estabelecer sinergias entre suas atividades?

7.2 Programa Pro-Extrativismo (PPE)

Como explicado na seção 6, o PPE tem potencial real como um programa que gera grandes benefícios de conservação, com impactos positivos sobre a criação de empregos rurais e promoção da inclusão social. Além disso, baseia-se em economias locais pré-existentes, com fortes laços com o contexto e cultura local.

O orçamento para melhorar os sistemas de gestão para cada produto florestal é feito a partir da avaliação dos custos para implementar boas práticas de gestão florestal. No entanto, não há conexão formal entre o nível de pagamento e os serviços ambientais prestados.

- Qual a melhor forma de quantificar e valorar os benefícios ambientais proporcionados por melhores práticas de manejo florestal, e potencialmente ligar estes ao pagamento do programa?

Há uma necessidade de ampliar o financiamento atual para o PPE, que agora provem apenas do orçamento do Estado.

- Quais são as alternativas mais promissoras para expandir o atual financiamento para o PPE?

O PPE está sendo projetado como um esquema de PSA. Em 2014, o IIED está reunindo seus 20 anos de pesquisa sobre o que faz o PSA funcionar ao redor do mundo, e quais são seus limites. Há, portanto, espaço para explorar questões como:

- Como minimizar os impactos ambientais de algumas práticas de manejo? Qual é o impacto do desbaste sobre a biodiversidade e biomassa? De que maneira as práticas de desbaste podem ser ajustadas para minimizar esses impactos?
- Como avaliar a adicionalidade em termos de serviços ambientais líquidos adicionais providos quando comparado ao cenário 'business as usual'?

7.3 Condições facilitadoras – gestão adaptativa e melhoria contínua para a economia verde no Amapá

Há a necessidade de documentar o progresso e contribuir para o desenho e implementação de outras políticas de economia verde no Amapá.

- Como medir o progresso do PPE e a melhoria na mineração em relação a seus objetivos, bem como seus impactos não intencionais?
- De que maneira lições de outras experiências podem ser usadas como insumo para a elaboração e implementação de políticas de economia verde e práticas de negócios no Amapá?
- De que modo viagens de campo podem ser usadas para ajudar avançar a elaboração de políticas de economia verde?
- De que maneira podem os diálogos com múltiplos atores e o compartilhamento de conhecimentos serem usados para criar um apoio político mais amplo para a economia verde no Amapá?

As políticas de economia verde no Amapá até hoje têm se concentrado em oportunidades e problemas de setores específicos. No entanto, faz-se também necessário explorar o ambiente mais amplo para criar condições favoráveis para a economia verde. Enquanto algumas tecnologias ou projetos verdes podem ser capazes de decolar com um ou dois ajustes específicos, na escala de toda a economia a economia verde exigirá uma reforma mais abrangente de governança econômica para que sejam agregados

valores ambientais e sociais às atividade econômica convencionais. Naquelas áreas onde a política tende a privilegiar o crescimento econômico de curto prazo, terão de ser feitos ajustes para conservar o capital natural e o capital social, intimamente associados, que irão apoiar o crescimento resiliente a longo prazo. Também será necessário melhorar os métodos de trabalho, metas e padrões de governo, empresas e agentes econômicos informais. Uma gama de instrumentos políticos específicos que podem ajudar a disseminar a economia verde devem agora ser explorados, notadamente:

- *Gastos públicos*: dado que o setor público é um dos principais motores de desenvolvimento e emprego no Amapá, a forma com que o governo gasta seu orçamento tem impacto significativo sobre a sustentabilidade da produção no estado. Uma revisão das despesas públicas – a partir de perguntas sobre o que está sendo gasto por diferentes departamentos, se está mantendo e melhorando o valor dos recursos naturais, ou sobre os riscos ambientais de todas as despesas do setor, pode ajudar a definir as oportunidades para orçamento e compras governamentais mais verdes e inclusivos (aquisição pública sustentável)
- *Mudança de incentivos para 'verde'*: precificação e tributação dos recursos para transferir a carga fiscal atual sobre o trabalho e outros 'bens' para poluentes e outros 'maus'; fundos verdes e condições e códigos de 'qualidade' para atrair investidores / fundos de pensão de longo prazo; documentar boas práticas verdes locais; e uma marca verde para o estado (existe o potencial de uma marca 'Amapá Verde', uma vez que o Amapá é uma árvore com grandes valores medicinais e espirituais)
- *Mecanismos de integração*: maneiras de obter 'verde' e 'inclusão' na máquina do governo e de negócios; contabilidade do capital natural ao lado da contabilidade financeira convencional; métricas ecológicas e sociais combinadas para avaliar o desempenho de empresas e organizações; avaliações ambientais estratégicas e outras formas de analisar as implicações das políticas verdes; e um fórum verde no estado, com múltiplas partes interessadas, entre outros.

Considerações finais



Ainda que o processo de concepção e implementação de políticas de economia verde no Amapá esteja em um estágio inicial, há no estado uma história de apoio ao objetivo do desenvolvimento sustentável e de compreensão da importância do meio ambiente a partir da tradição e cultura. Hoje programas concretos estão sendo implementados, como o Programa Pro-Extrativismo.

Liderança é um ingrediente importante para o sucesso de novas iniciativas de economia verde – vide o empenho pessoal do governador do Amapá e o envolvimento direto de membros do governo. Liderança nos negócios – especialmente na mineração, e liderança na sociedade civil – como de extrativistas, são necessárias.

Considerando que ocorrerão eleições estaduais em 2014, a prova de fogo da economia verde é o quanto ela será incluída nas campanhas políticas. Em circunstâncias normais, reformas mais ambiciosas de políticas de economia verde teriam que esperar até 2015. Mas uma proposta inovadora de economia verde pode ser parte da carta de intenções do segundo mandato do governador para o povo, uma vez que agora é a hora de construir a visão para um segundo mandato. Nesse meio tempo, a consolidação de programas como o Pro-Extrativismo deveriam ser o foco prioritário para o desenvolvimento prático de uma agenda da economia verde, junto com instrumentos políticos inter-setoriais específicos que criem um ambiente mais favorável para mais iniciativas de economia verde.

O Amapá foi um estado pioneiro do desenvolvimento sustentável na década de 1990, aumentando significativamente os padrões dos objetivos sociais e ambientais. No entanto, vetores econômicos provaram ser dirigidos por ganhos de curto prazo e moldados

por objetivos inteiramente financeiros. Agora, com o objetivo de mudar as políticas econômicas e de governança para abordagens mais verdes e mais inclusivas – produzindo benefícios ambientais e sociais como parte integrante da atividade econômica – o Governo do Estado está começando a mudar os vetores econômicos para uma visão de sustentabilidade a longo prazo. O Amapá pode vir a ser um ícone para o futuro do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira e de países vizinhos. Este caso mostra como investimentos são eficientes na cooperação Sul-Sul. No caso do Amapá, a cooperação foi entre Estados (Amapá e Amazonas) de um único país. As visitas de funcionários de alto escalão podem desempenhar um papel fundamental na inovação política, uma vez que podem reduzir a sensação de risco político. Visitas e seminários incluindo funcionários e membros da sociedade civil podem reduzir a frequência de erros técnicos e assim resultar em intervenções políticas mais eficientes. Também deve ser dada maior atenção à cooperação Sul-Sul entre os diferentes países, especialmente nas regiões com algumas semelhanças gerais, como a Bacia Amazônica.

A experiência do Amapá é inspiradora para outros estados e países da Bacia Amazônica. Ao investir em produtos florestais não-madeireiros, o governo do Amapá está buscando maneiras de reduzir ou mesmo reverter o processo de êxodo rural. O rápido crescimento das áreas urbanas é resultado de serviços de má qualidade (especialmente educação e saúde) e da baixa renda em áreas rurais. Atuar sobre esses vetores de migração pode ser um componente importante do desafio maior de desenvolver soluções para o desenvolvimento sustentável em áreas de florestas tropicais em todo o mundo.

Referências

- Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada (Abraf). 2013. *Anuário estatístico da ABRAF 2013 ano base 2012*. Abraf, Brasília.
- Bass, S. 2013. *Scoping a green economy: a brief guide to dialogues and diagnostics for developing countries*, IIED and Green Economy Coalition, London. See <http://pubs.iied.org/16554IIED.html>
- Carvalho, A.C. 2010. *Economia dos produtos florestais não-madeireiros no estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno*. Doctoral Thesis, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). 2012. Presentation at March 2012 Seminar. Macapá.
- Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia de Informação Ambiental do Amapá (CGTIA/SEMA). Presentation at March 2012 Seminar. Macapá.
- Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia de Informação Ambiental do Amapá (CGTIA/SEMA), 2014.
- Drummond, J.A., Dias, T.C.A., and Brito, D.M. 2008. *Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá*. MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, Macapá.
- Drummond, J.A., and Pereira, M.A.P. 2007. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado Amazonico, 1943–2000*. Garamond, Rio de Janeiro.
- Eletronorte. *Geração de energia por estado: Amapá*. March 2012 www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/geracao/estados/amapa/
- Indicadores e Dados Básicos do Brasil (IDB)*. January 2014. See www.tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2010/matriz.htm
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). *Estatística da Pesca 2007*. March 2012. See www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2012. *Contas Regionais do Brasil 2011, Amapá*. IBGE, Rio de Janeiro. See www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=contasregionais2011
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2011. *Censo demográfico 2010, Amapá*. IBGE, Rio de Janeiro. See www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2013^a. *Produção Agrícola Municipal 2012, Amapá*. IBGE, Rio de Janeiro. See www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=pamclo2007
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2013b. *Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2012, Amapá*. IBGE, Rio de Janeiro. See www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=extracaovegetal2012
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2013c. *Produção Pecuária Municipal 2012, Amapá*. IBGE, Rio de Janeiro. See www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=pecuaria2012
- Instituto Estadual de Florestas. *Relatório Anual de Atividades*. 2011. IEF, Macapá. See www.ief.ap.gov.br/system/archives/35/original/RELATORIO%20IEF%20-%20PRONTO-valendo.pdf
- Nepstad, D., McGrath, D., Alencar, A., Barros, A.C., Carvalho, G., Santilli, M., and Diaz, M.C. Frontier Governance in Amazônia. *Science* 295, no. 629, 629–631.
- Oliveira, M. (ed.). 2010. *Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá*. IEPA, Macapá.
- PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). 2012. See http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=pnad_2012.
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM). Presentation at March 2012 Seminar. Macapá.
- Sambazon. 2014. *Sustainable management of the Brazilian Amazon*. See www.sambazon.com/meet-us/sustainability/
- Secretaria de Comercio Exterior (SECEX – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). *Exportação Brasileira, Amapá*. See www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076
- Serviço Florestal Brasileiro (SFB) & Instituto do Homem e do Meio Ambiente (Imazon). 2010. *A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados*, Imazon and SFB, Belém and Brasília.
- Soares-Filho, B., Alencar, A., Nepstad, D., Cerqueira, G., Diaz, M.C., Rivero, S., Solórzanos, L., and Voll, E. 2004. Simulating the response of land-cover changes to road paving and governance along a major Amazon highway: the Santarém-Cuiabá corridor', *Global Change Biology* 10, no. 5, 745–764.
- Soares-Filho B., Nepstad, D., Curran, L., Voll, E., Cerqueira, G., Garcia, R., Ramos, C. A., McDonald, A.,

Lefebvre, P., and Schlesinger, P. Modelling conservation in the Amazon basin. *Nature* 440, no. 7083, 520–523.

Viana, C.; Bass, S. and Viana, V. 2012. *Economia Verde no Amapá: subsídios para o debate*. IIED, London.

Viana, V. 2010. Sustainable Development in Practice: lessons learned from Amazonas. *Environmental Governance* no. 3. IIED, London.

Yokomizo, G. 2004. Potencialidade da soja no Amapá. Embrapa Amapá Documentos, 54. Embrapa Amapá, Macapá.

Leituras relacionadas

Bass, S. 2013. Scoping a green economy: a brief guide to dialogues and diagnostics for developing countries. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/16554IIED.html>

Benson, E., Bass, S., Greenfield, O. 2014. Green Economy Barometer: Who is doing what where, and why? IIED, London. See <http://pubs.iied.org/16573IIED.html>

Banda, T., Bass, S. 2014. Inclusive Green Growth in Zambia: Scoping the needs and potentials. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/16558IIED.html>

Ospanova, S. 2013. Assessing Kazakhstan's policy and institutional framework for a green economy. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/16559IIED.html>

Porras, I., Grieg-Gran, M. and Neves, N. 2008. All that glitters: A review of payments for watershed services in developing countries. *Natural Resource Issues* No. 11, IIED.

Porras, I., Barton, D.N., Miranda, M. and Chacón-Cascante, A. 2013. Learning from 20 years of Payments for Ecosystem Services in Costa Rica. IIED, London. See <http://pubs.iied.org/16514IIED.html> and in Spanish: <http://pubs.iied.org/16514SIIED.html>

Siglas

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	MRV	Medição, reporte e verificação
AFAP	Agência de Fomento do Amapá	ONG	Organização não-governamental
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas	PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
BAU	Business as usual	PPE	Programa Pro-Extrativismo
BF	Bolsa Floresta	PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
CCB	Clima, Comunidade e Biodiversidade	PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
CNS	Conselho Nacional de Populações Extrativistas	REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal acrescido de Manejo Florestal, Conservação e Melhoramento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	RESEX	Nacional Reserva Extrativista
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
FAS	Fundação Amazonas Sustentável	SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá
FLOTA	Floresta Estadual do Amapá	SDS	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá	SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
FSC	Forest Stewardship Council	SECT	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Amazonas
PIB	Produto Interno Bruto	SETEC	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá
EV	Economia Verde	SIN	Sistema Interligado Nacional
GEE	Gases de efeito estufa	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ONU	Organização das Nações Unidas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
IEPA	Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá	UNIFAP	Universidade Federal de Amapá
IIED	International Institute for Environment and Development	ZFV	Zona Franca Verde
IMAP	Instituto do Meio Ambiente e Zoneamento do Amapá		
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária		
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia		

Este relatório discute as oportunidades apresentadas pela intenção do Governo do Estado do Amapá em fazer a transição para uma economia verde. O documento explora o progresso inicial nas políticas e atividades verdes e as dinâmicas associadas na economia política, e estabelece um amplo, mas viável, conjunto de opções de políticas setoriais e inter-setoriais. É feita uma avaliação inicial de um esquema pioneiro e inclusivo de pagamentos aos pequenos produtores pela provisão de serviços ambientais baseados na floresta: o Programa Pro-Extratativismo. Além disso, o relatório se inspira nas lições do estado de Amazonas que podem ajudar a informar a estratégia de economia verde do Amapá, e conclui com recomendações para novas colaborações técnicas e elencando as prioridades de políticas setoriais e as condições necessárias para a implementação de políticas inter-setoriais, com foco na liderança do governo.

O IIED é uma organização de pesquisa em política e ação. Promovemos o desenvolvimento sustentável com o objetivo de melhorar os meios de subsistência e proteger o ambiente sobre os quais estes são construídos. Somos especializados em conectar as prioridades locais com os desafios globais. O IIED é baseado em Londres e trabalha na África, Ásia, América Latina, Oriente Médio e no Pacífico, com algumas das pessoas mais vulneráveis do mundo. Trabalhamos com eles para fortalecer sua voz nas arenas decisórias que os afetam – desde conselhos comunitários até convenções internacionais.



International Institute for Environment and Development
80-86 Gray's Inn Road, London WC1X 8NH, UK
Tel: +44 (0)20 3463 7399
Fax: +44 (0)20 3514 9055
email: info@iied.org
www.iied.org



Esta pesquisa foi financiada com ajuda do Governo do Reino Unido; no entanto, as opiniões expressadas não refletem necessariamente as opiniões do Governo do Reino Unido.



Produtos de
conhecimento